

CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

PROJETO DE LEI Nº 37 / 2018

Institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, o “Programa Escola sem Partido”

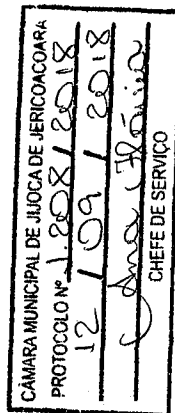
Art. 1º. Esta Lei institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, com fundamento nos artigos 23, inciso I, e 30, incisos I e II, da Constituição Federal, o “Programa Escola sem Partido”, em consonância com os seguintes princípios:

- I – dignidade da pessoa humana;
- II – neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- V – liberdade de consciência e de crença;
- VI – proteção integral da criança e do adolescente;
- VII – direito do estudante de ser informado sobre os próprios direitos, visando ao exercício da cidadania;
- VIII – direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, assegurado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Art. 2º. O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero.

Art. 3º. No exercício de suas funções, o professor:

- I – não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;
- II – não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;
- III – não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;





CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

IV – ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria;

V – respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções;

VI – não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

Art. 4º. As instituições de educação básica afixarão nas salas de aula e nas salas dos professores cartazes com o conteúdo previsto no anexo desta Lei, com, no mínimo, 90 centímetros de altura por 70 centímetros de largura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas.

Parágrafo único. Nas instituições de educação infantil, os cartazes referidos no caput deste artigo serão afixados somente nas salas dos professores.

Art. 5º. As escolas particulares que atendem a orientação confessional e ideologia específicas poderão veicular e promover os conteúdos de cunho religioso, moral e ideológico autorizados contratualmente pelos pais ou responsáveis pelos estudantes.

Art. 6º. O disposto nesta Lei aplica-se, no que couber:

I – às políticas e planos educacionais;

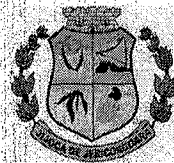
II – aos conteúdos curriculares;

III – aos projetos pedagógicos das escolas;

IV – aos materiais didáticos e paradidáticos;

V – às provas de concurso para o ingresso na carreira docente.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor após decorrido 1 (um) ano da data de sua publicação oficial.



CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

ANEXO

DEVERES DO PROFESSOR

- 1 – O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
- 2 – O Professor não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
- 3 – O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
- 4 – Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria.
- 5 – O Professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
- 6 – O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

JUSTIFICATIVA

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis.

Diante dessa realidade – conhecida por experiência direta de todos os que passaram pelo sistema de ensino nos últimos 20 ou 30 anos – entendemos que é necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas, e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.



CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

Trata-se, afinal, de práticas ilícitas, violadoras de direitos e liberdades fundamentais dos estudantes e de seus pais ou responsáveis, como se passa a demonstrar:

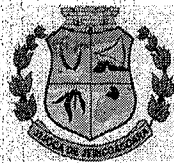
1 – A liberdade de consciência e de crença – assegurada pelo art. 5º, VI, da Constituição Federal – compreende o direito do estudante a que o seu conhecimento da realidade não seja manipulado, para fins políticos e ideológicos, pela ação dos seus professores;

2 – O caráter obrigatório do ensino não anula e não restringe essa liberdade. Por isso, o fato de o estudante ser obrigado a assistir às aulas de um professor implica para o professor o dever de não utilizar sua disciplina como instrumento de cooptação político-partidário ou ideológica;

3 – Ora, é evidente que a liberdade de consciência e de crença dos estudantes restará violada se o professor puder se aproveitar de sua audiência cativa para promover em sala de aula suas próprias concepções políticas, ideológicas e morais;

4 – Liberdade de ensinar – assegurada pelo art. 206, II, da Constituição Federal – não se confunde com liberdade de expressão; não existe liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente, sob pena de ser anulada a liberdade de consciência e de crença dos estudantes, que formam, em sala de aula, uma audiência cativa;

5 – A liberdade de ensinar obviamente não confere ao professor o direito de se aproveitar do seu cargo e da audiência cativa dos alunos, para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias; nem o direito de favorecer, prejudicar ou constringer os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas; nem o direito de fazer propaganda político-partidária em sala de aula e incitar seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas; nem o direito de manipular o conteúdo da sua disciplina com o objetivo de obter a adesão dos alunos a determinada corrente política ou ideológica; nem, finalmente, o direito de dizer aos filhos dos outros o que é a verdade em matéria de religião ou moral;



CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

6 – Além disso, a doutrinação política e ideológica em sala de aula compromete gravemente a liberdade política do estudante, na medida em que visa a induzi-lo a fazer determinadas escolhas políticas e ideológicas, que beneficiam, direta ou indiretamente as políticas, os movimentos, as organizações, os governos, os partidos e os candidatos que desfrutam da simpatia do professor;

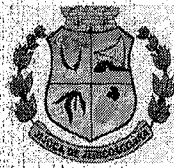
7 – Sendo assim, não há dúvida de que os estudantes que se encontram em tal situação estão sendo manipulados e explorados politicamente, o que ofende o art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), segundo o qual “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de exploração”;

8 – Ao estigmatizar determinadas perspectivas políticas e ideológicas, a doutrinação cria as condições para o *bullying* político e ideológico que é praticado pelos próprios estudantes contra seus colegas. Em certos ambientes, um aluno que assuma publicamente uma militância ou postura que não seja a da corrente dominante corre sério risco de ser isolado, hostilizado e até agredido fisicamente pelos colegas. E isso se deve, principalmente, ao ambiente de sectarismo criado pela doutrinação;

9 – A doutrinação infringe, também, o disposto no art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante aos estudantes “o direito de ser respeitado por seus educadores”. Com efeito, um professor que deseja transformar seus alunos em réplicas ideológicas de si mesmo evidentemente não os está respeitando;

10 – A prática da doutrinação política e ideológica nas escolas configura, ademais, uma clara violação ao próprio regime democrático, na medida em que ela instrumentaliza o sistema público de ensino com o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de determinados competidores;

11 – Por outro lado, é inegável que, como entidades pertencentes à Administração Pública, as escolas públicas estão sujeitas ao princípio constitucional da impessoalidade, e isto significa, nas palavras de Celso Antonio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, Malheiros, 15ª ed., p. 104), que “nem favoritismo nem perseguições são toleráveis. Simpatias ou animosidades pessoais, políticas ou ideológicas não podem interferir na atuação administrativa e muito menos interesses sectários, de facções ou grupos de qualquer espécie.”;



CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

12 – E não é só. O uso da máquina do Estado – que compreende o sistema de ensino – para a difusão das concepções políticas ou ideológicas de seus agentes é incompatível com o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado, com o princípio republicano, com o princípio da isonomia (igualdade de todos perante a lei) e com o princípio do pluralismo político e de idéias, todos previstos, explícita ou implicitamente, na Constituição Federal;

13 – Cabe recordar, a propósito, que o artigo 117, V, da Lei 8.112/91, reproduzindo norma tradicional no Direito Administrativo brasileiro, presente na legislação de diversos Estados e Municípios, estabelece que é vedado ao servidor público “*promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição*”;

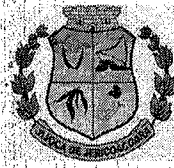
14 – No que tange à educação religiosa e moral, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, vigente no Brasil, estabelece em seu art. 12 que “os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”;

15 – Ora, se cabe aos pais decidir o que seus filhos devem aprender em matéria de moral, nem o governo, nem a escola, nem os professores têm o direito de usar a sala de aula para tratar de conteúdos morais que não tenham sido previamente aprovados pelos pais dos alunos;

16 – Finalmente, um Estado que se define como laico – e que, portanto, deve manter uma posição de neutralidade em relação a todas as religiões – não pode usar o sistema de ensino para promover uma determinada moralidade, já que a moral é muitas vezes inseparável da religião;

17. Permitir que o governo de turno ou seus agentes utilizem o sistema de ensino para promover uma determinada moralidade é dar-lhes o direito de vilipendiar e destruir, indiretamente, a crença religiosa dos estudantes, o que ofende os artigos 5º, VI, e 19, I, da Constituição Federal.

Ante o exposto, entendemos que a melhor forma de combater o abuso da liberdade de ensinar é informar os estudantes sobre o direito que eles têm de não ser doutrinados por seus professores, a fim de que eles mesmos possam exercer a defesa desse direito, já que, dentro das salas de aula, ninguém mais poderá fazer isso por eles.



CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

Nesse sentido, o projeto que ora se apresenta está em perfeita sintonia com o art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que prescreve, entre as finalidades da educação, o preparo do educando para o exercício da cidadania. Afinal, o direito de ser informado sobre os próprios direitos é uma questão de estrita cidadania.

Ao aprová-lo, esta Casa Legislativa estará atuando no sentido de “*prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente*”, como determina o artigo 70 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Note-se por fim, que o projeto não deixa de atender à especificidade das instituições confessionais e particulares cujas práticas educativas sejam orientadas por concepções, princípios e valores morais, às quais reconhece expressamente o direito de veicular e promover os princípios, valores e concepções que as definem, exigindo-se, apenas, a ciência e o consentimento expressos por parte dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DO ESCOLA SEM PARTIDO

A seguir, a demonstração de que o Programa Escola sem Partido, tanto na sua versão municipal e estadual como na federal, não cria nenhum direito ou obrigação que já não exista hoje, por força da Constituição Federal e da legislação em vigor no país. As normas constitucionais e legais estão reproduzidas após o texto do anteprojeto. Leia e comprove.

EMENTA: INSTITUI, NO ÂMBITO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO, O “PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO”

Art. 1º. Esta Lei institui, no âmbito do sistema municipal de ensino, com fundamento nos artigos 23, inciso I, e 30, incisos I e II, da Constituição Federal, o “Programa Escola sem Partido”, em consonância com os seguintes princípios:

O *caput* do artigo 1º explicita os fundamentos constitucionais da competência dos Municípios para legislar sobre a matéria versada no projeto (CF,



CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

arts. 23, I; e 30, I e II). A explicação desse ponto está no parecer sobre a constitucionalidade formal dos anteprojetos de lei: <https://www.programaescolasempartido.org/parecer>

Os princípios enumerados no artigo 1º têm fundamento constitucional ou legal. São eles:

I – dignidade da pessoa humana;

CF, art. 1º, III

II – neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;

CF, arts. 1º, V; 5º, *caput*; 14, *caput*; 17, *caput*; 19, I e III; 34, VII, 'a'; e 37, *caput*

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

CF, art. 206, III

IV – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

CF, art. 206, II

V – liberdade de consciência e de crença;

CF, art. 5º, VI e VIII

VI – proteção integral da criança e do adolescente;

CF, art. 227, *caput*; ECA, arts. 3º, 4º e 5º

VII – direito do estudante de ser informado sobre os próprios direitos, visando ao exercício da cidadania;

CF, art. 1º, II

VIII – direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos, assegurado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

CADH, art. 12, 4

Art. 2º. O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero.

CF, arts. 1º, III; 5º, VI e X; 206, II e III; 226, *caput*; e 227, *caput*



CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

Art. 3º. No exercício de suas funções, o professor:

I – não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;

CF, arts. 5º, VI; e 37, *caput*

II – não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;

CF, art. 5º, *caput*, e inciso VIII; e 37, *caput*

III – não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;

CF, arts. 1º, V; 5º, *caput*; 14, *caput*; 17, *caput*; 34, VII, 'a'; 37, *caput*; e 227, *caput*; ECA, art. 5º

IV – ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria;

CF, art. 206, II e III

V – respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções;

CF, art. 226, *caput*; CADH, art. 12, 4; ECA, art. 22, par. único

VI – não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula.

O inciso V é mera decorrência dos anteriores: o professor, como única autoridade dentro da sala de aula, tem o dever de impedir que terceiros façam aquilo que ele não pode fazer.

Art. 4º. As instituições de educação básica afixarão nas salas de aula e nas salas dos professores cartazes com o conteúdo previsto no anexo desta Lei, com, no mínimo, 420 milímetros de largura por 594 milímetros de altura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

Parágrafo único. Nas instituições de educação infantil, os cartazes referidos no caput deste artigo serão afixados somente nas salas dos professores.

Esta é a única obrigação efetivamente criada pelo projeto de lei: a obrigação das instituições de ensino de afixar o cartaz das salas de aula e nas salas dos professores. Ao impor essa obrigação às escolas, o Poder Público atua no sentido de cumprir o disposto nos artigos 23, I, da CF, e 70 do ECA. As dimensões do cartaz correspondem a uma folha de papel A2.

Art. 5º. As escolas particulares que atendem a orientação confessional e ideologia específicas poderão veicular e promover os conteúdos de cunho religioso, moral e ideológico autorizados contratualmente pelos pais ou responsáveis pelos estudantes.

O artigo 5º limita-se a explicitar o direito das instituições particulares de ensino de promover, de comum acordo com os pais ou responsáveis pelos alunos, conteúdos de cunho religioso, moral ou ideológico. Trata-se, portanto, de norma que, a exemplo das demais, não introduz qualquer inovação no vigente ordenamento jurídico.

Art. 6º. O disposto nesta Lei aplica-se, no que couber:

- I – às políticas e planos educacionais;
- II – aos conteúdos curriculares;
- III – aos projetos pedagógicos das escolas;
- IV – aos materiais didáticos e paradidáticos;
- V – às provas de concurso para o ingresso na carreira docente.

O artigo 6º explicita a aplicabilidade dos princípios enumerados no artigo 1º a todos os domínios da educação.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor após decorrido 1 (um) ano da data de sua publicação oficial.



CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

V - o pluralismo político.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:



CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS

Artigo 12. Liberdade de consciência e de religião

4. Os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

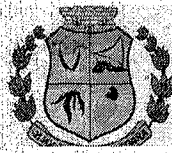
Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e

aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 22. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.



CÂMARA MUNICIPAL DE Jijoca de Jericoacoara

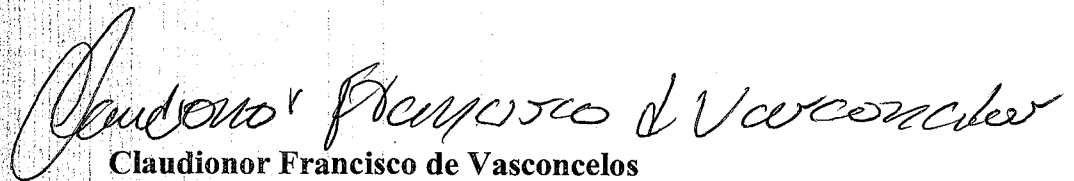
Parágrafo único. A mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos nesta Lei.

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Certo da melhor consideração dos meus pares na Câmara de Vereadores de Jijoca de Jericoacoara, CE.

Jijoca de Jericoacoara, 12 de setembro de 2018

Atenciosamente,


Claudionor Francisco de Vasconcelos

Vereador – PSB

1 – Reportagem da Folha de São Paulo de 02.09.2000 – “Ministro da Educação diz que cartilha, distribuída pelo governo petista, é ‘material de doutrinação política’”:

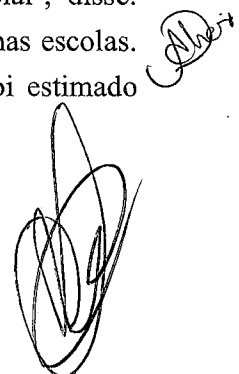
Alunos da rede pública do Rio Grande do Sul estão sendo preparados para o debate proposto pelo plebiscito sobre endividamento do país, promovido por entidades da sociedade civil com o apoio do PT – partido do governador Olívio Dutra. O governo do Estado mandou distribuir 10 mil exemplares de uma cartilha sobre o tema nas escolas de 1º e 2º graus.

Embora a maioria dos alunos não tenha idade (mais de 16 anos) para participar do plebiscito, o governo do Estado estimula a organização de "tribunais" nas turmas para o julgar o endividamento. "Só com o que gastou entre 1995 e 1998 (primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso) com o pagamento da dívida externa, o Brasil poderia duplicar seus gastos em educação e ainda sobraria dinheiro para construir 6,5 milhões de escolas. Ou ainda seria possível abrir 27,9 milhões de vagas gratuitas nas universidades", diz o texto da cartilha. Apesar de uma referência simpática à moratória da dívida adotada durante o governo Sarney em 1986, o caderno não defende a suspensão do pagamento aos credores.

"Isso é inadmissível", reagiu irritado o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que recebeu um exemplar do caderno pedagógico "Dívida Externa: Independência ou Morte". O ministro não vê no caderno apenas o debate de um tema nacional importante, como estimula o próprio MEC. Ele avalia a cartilha como "material de doutrinação política de crianças e jovens". "É uso da máquina do governo para a luta partidária do PT", insistiu.

Como os Estados têm autonomia para levar adiante seus projetos educacionais, o ministro defende que o assunto seja discutido pelo Conselho Federal de Educação. "O MEC não pode fazer quase nada", disse. Antes de Paulo Renato, o ministro Pedro Malan (Fazenda) já havia criticado a realização do plebiscito sobre as dívidas externa e interna.


A secretária de Educação do Rio Grande do Sul, Lucia Camine, defendeu a iniciativa. "A prioridade do nosso projeto educacional é a inclusão social, e a dívida externa inviabiliza a inclusão social", disse. Segundo Camine, a intenção do governo foi subsidiar o debate nas escolas. O custo da edição, distribuída nas 3.052 escolas do Estado, foi estimado oficialmente em "apenas" R\$ 1.000.



A secretária alega que o caderno relaciona, inclusive, argumentos favoráveis ao pagamento da dívida. São eles: o pagamento da dívida é um compromisso assumido pelo governo, a eventual suspensão do pagamento barraria novos empréstimos internacionais e poderia levar o país a sofrer sanções, como o fechamento do mercado dos Estados Unidos à exportação de produtos brasileiros.

Entre os argumentos contrários, o caderno relaciona as taxas de juros impostas pelos credores, o fato de a dívida ter aumentado apesar do pagamento de juros e a crescente dependência do país. "Perdemos soberania quando assinamos um contrato escrito em inglês", diz o texto. O principal argumento, porém, é que o dinheiro gasto com o pagamento de juros impede investimentos na área social. "Com o dinheiro gasto com a dívida externa entre 95 e 99 seria possível conceder um bônus de R\$ 103.711 para cada família brasileira que vive com até um salário mínimo." A cartilha esclarece que, como grande parte da dívida é de empresas privadas, a eventual suspensão do pagamento não garantiria investimentos na área social num montante tão alto.


2 – Reportagem do “Correio Braziliense” de 10.03.2004 – “*Lição contra políticos*”:



“Nas salas de aula de escolas públicas, alunos de Ceilândia aprendem a repudiar o governador Joaquim Roriz e vários de seus aliados. As lições estão no livro *‘Se Deus é Brasileiro, Jesus é Nordestino’*, adotado desde o ano passado por professores de português, filosofia, sociologia, leitura de textos e até inglês. Estudantes da 8ª série e do ensino médio, entre 14 e 17 anos, lêem, debatem e fazem resenhas sobre as 127 páginas recheadas de análises, com fortes críticas à atuação dos políticos do Distrito Federal.

O autor do livro, Ezequiel Dias Cruz, é professor de inglês do Centro de Ensino Fundamental nº 15 de Ceilândia. Popular entre os alunos, ele incluiu nas aulas uma ‘discussão sobre cidadania’, que vale ponto na nota final. Para isso, os 120 alunos das três turmas de 8ª série precisam debater os temas escritos pelo mestre: prostituição, violência, discriminação aos moradores de Ceilândia, desemprego e muita política.

O livro também foi adotado no Centro de Ensino Médio nº 5 da cidade, onde os 1,5 mil alunos aproveitam o texto nas lições diárias. Este ano, pelo menos cinco professores já o incluíram na programação. No ano



passado, os estudantes discutiram os temas em sala de aula. Para isso, contam com 100 exemplares em bibliotecas públicas – comprados pelo Sindicato dos Professores (Sinpro) por R\$ 1 mil.

No livro, vários parlamentares são citados. O deputado José Roberto Arruda (PFL/DF) é lembrado por sua participação na violação do painel eletrônico do Senado, em 2001. O ex-senador Luiz Estevão, pelo suposto envolvimento no desvio de recursos do TRT de São Paulo. O distrital Pedro Passos (PMDB) é citado como um deputado que deveria ser preso pelas denúncias que o apontam como grileiro. A vice-governadora do DF é chamada de “Maria de Lourdes Apatia¹”.

Uma das principais obras da gestão anterior de Roriz, a Ponte JK, merece duas páginas. ‘Aquele obra-de-arte do Lago Sul, aquele cartão postal de Brasília, nada acrescenta para nossa pobre cidade sem teatro’, diz o escritor.

Num dos capítulos, ele aborda a vinculação entre igrejas e políticos. No subtítulo ‘Serás infiel a todo político corrupto, mesmo que ele seja um pastor’, são citados o distrital Júnior Brunelli (PP) e o deputado federal Pastor Jorge Pinheiro (PL), licenciado para exercer o cargo de secretário de Meio Ambiente. ‘Os crentes não deveriam ser fiéis a seus pastores no momento sagrado do voto. Pelo contrário, deveriam ser rebeldes e questionar aqueles líderes que pregam Mateus Cinco, porém andam de mãos dadas com a corrupção, o engano e a grilagem de terras públicas.’

No Centro de Ensino 15, localizado no Setor O, o conteúdo do texto já foi assimilado por vários alunos. ‘O livro fala da realidade da Ceilândia, sem medo das conseqüências. Tudo o que está lá é verdade’, entende Sara Regina Caldas de Almeida, 16. ‘O livro fala muito de política e nunca tinha lido sobre esse tema antes’, afirma Kalline Ramos Ribeiro, 15. No Centro de Ensino 5, estudantes também gostaram do que leram. ‘Mostra a realidade, como a feira da prostituição e os moleques de rua’, afirma Edmilson Aguiar, 16.

O diretor do Centro de Ensino 15, Frederico Viana, afirma nunca ter sido informado de que Ezequiel adotara o livro nas aulas de inglês. Segundo ele, temas alternativos podem ser tratados pela coordenação, mas nunca em sala de aula.

¹ O nome da ex-Vice-Governadora do Distrito Federal é Maria de Lourdes Abadia.

Calderini

‘Os alunos têm de conhecer a sua realidade, resgatar a auto-estima e aprender a própria língua antes de se dedicar a um novo idioma’, sustenta Ezequiel. **Militante do PT**, ele diz que recebeu apoio de petistas, como o ex-senador Eurípedes Camargo (PT/DF), para bancar o custo de R\$ 5,2 mil do livro.

No último capítulo, também critica os ‘companheiros’ de partido. ‘Encabeçados pelo PT, cuja trajetória política é umbilicalmente ligada à história sindical, a esquerda do DF tem dificuldades em articular um projeto popular que fale ao coração e às mentes do eleitorado carente de utopias, porém não sindicalizado.’

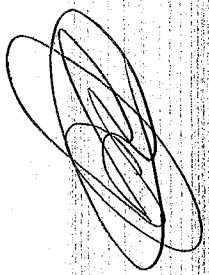
(Na reportagem, o jornal informa que a Secretaria de Educação do DF decidiu proibir a adoção da obra nas escolas públicas. “Pela avaliação dos técnicos, ele contém estereótipos, equívocos conceituais e usa linguagem não conveniente para educandos.” Ouvido pela reportagem, o professor de Filosofia Cícero Lima reagiu: “Proibir o livro é censura. **Nem o papa vai impedir que eu o adote em sala de aula**”.)

3 – Editorial da Folha de São Paulo de 05.09.2004 – “*A redação do poder*”:

Na prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2004, pela primeira vez na história recente, o governo orientou o conteúdo político de uma atividade escolar. O Ministério da Educação nega, mas a evidência é contundente.

No momento em que o governo patrocina o polêmico projeto do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e Lula e seus ministros denunciam o “denuncismo”, os jovens estudantes foram solicitados a dissertar sobre o tema “Como garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação?”. O suporte para a redação era constituído por uma charge, na qual a TV transfigura-se em lata de lixo, um extrato de texto sobre os programas sensacionalistas, dois extratos favoráveis à auto-regulamentação da mídia e os incisos do artigo 5º da Constituição que proíbem a censura e asseguram a proteção à vida privada e imagem das pessoas.

Nada sobre o valor da liberdade de imprensa na democracia, a importância da fiscalização do governo pela mídia ou a função histórica desempenhada pelos jornalistas na denúncia de episódios de corrupção no poder público. Nenhuma alteridade: uma receita de bolo que, com certeza,



gerou milhares de redações semelhantes entre si e involuntariamente parecidas com o discurso emanado do Planalto.

O Enem é a única prova de abrangência nacional aplicada diretamente pelo Ministério da Educação aos alunos do último ano do ensino médio. A maior parte das universidades públicas usa os resultados do Enem na pontuação dos candidatos dos seus exames vestibulares. Por razões óbvias, as escolas públicas e particulares o tomam como referência na estruturação de conteúdos e métodos de ensino. Quando a redação do Enem torna-se uma convocação para que os estudantes reproduzam como papagaios as palavras do presidente da República, professores de todo o país registram o recado.

As instruções contidas na prova do Enem comandam a redação de uma dissertação baseada "nas idéias presentes nos textos acima", ou seja, na charge e nos extratos cuidadosamente selecionados para gerar um fim político definido.

Qual seria a avaliação atribuída a um candidato que optasse por distinguir os programas sensacionalistas de TV das denúncias de corrupção governamental estampadas na mídia e por mostrar os perigos à liberdade de imprensa inerentes ao projeto do CFJ?

Os regimes autoritários sempre almejavam controlar as idéias veiculadas na escola e promover entre as crianças e jovens os "valores patrióticos", ou seja, para todos os efeitos práticos, os seus próprios valores e ideologias. Na democracia, o governo tem o dever de promover a educação pública, mas, igualmente, o de respeitar a autonomia pedagógica do processo de ensino. O governo não se confunde com o educador e não pode entrar na sala de aula. A transgressão desse imperativo ético e político pelo Enem configura um perigoso precedente.

4 – Artigo do jornalista Diego Casagrande publicado no *site* do autor², em 12.07.2006 – “*A revolução silenciosa*”:

Vai ser triste ver o uso político-ideológico que as escolas brasileiras farão das disciplinas de filosofia e sociologia, tornadas obrigatórias no ensino médio a partir do ano que vem. A decisão é do ministério da Educação, onde não são poucos os adoradores do regime cubano mantidos

² <http://www.diegocasagrande.com.br>

com dinheiro público. Quando a norma entrar em vigor, será uma farra para aqueles que sonham com uma sociedade cada vez menos livre, mais estatizada e onde o moderno é circular com a camiseta de um idiota totalitário como Che Guevara.

A constatação que faço é simples. Hoje, mesmo sem essa malfadada determinação governamental - que é óbvio faz parte da revolução silenciosa - as crianças brasileiras já sofrem um bombardeio ideológico diário. Elas vêm sendo submetidas ao lixo pedagógico do socialismo, do mofo, do atraso, que vê no coletivismo econômico a saída para todos os males. E pouco importa que este modelo não tenha produzido uma única nação onde suas práticas melhoraram a vida da maioria da população. Ao contrário, ele sempre descamba para o genocídio ou a pobreza absoluta para quase todos.

No Brasil, são as escolas os principais agentes do serviço sujo. São elas as donas da lavagem cerebral da revolução silenciosa. Há exceções, é claro, que se perdem na bruma dos simpatizantes vermelhos. Perdi a conta de quantas vezes já denunciei nos espaços que ocupo no rádio, tevê e internet, escolas caras de Porto Alegre recebendo freis betos e mantendo professores que ensinam às cabecinhas em formação que o bandido não é o que invade e destrói a produção, e sim o invadido, um facínora que “tem” e é “dono” de algo, enquanto outros nada têm. Como se houvesse relação de causa e efeito.

Recebi de Bagé, interior do Rio Grande do Sul, o livro “Geografia”, obrigatório na 5ª série do primeiro grau no Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora. Os autores são Antonio Aparecido e Hugo Montenegro. O Auxiliadora é uma escola tradicional na região, que fica em frente à praça central da cidade e onde muita gente boa se esforça para manter os filhos buscando uma educação de qualidade. Através desse livro, as crianças aprendem que propriedades grandes são de “alguns” e que assentamentos e pequenas propriedades familiares “são de todos”. Aprendem que “trabalhar livre, sem patrão” é “benefício de toda a comunidade”. Aprendem que assentamentos são “uma forma de organização mais solidária... do que nas grandes propriedades rurais”. E também aprendem a ler um enorme texto de... adivinhe quem? João Pedro Stédile, o líder do criminoso MST que há pouco tempo sugeriu o assassinato dos produtores rurais brasileiros. O mesmo líder que incentiva a invasão, destruição e o roubo do que aos outros pertence. Ele relata como funciona o movimento e se embriaga em palavras ao descrever que “meninos e



meninas, a nova geração de assentados... formam filas na frente da escola, cantam o hino do Movimento dos Sem-Terra e assistem ao hasteamento da bandeira do MST”.

Essa é a revolução silenciosa a que me refiro, que faz um texto lixo dentro de um livro lixo parar na mesa de crianças, cujas consciências em formação deveriam ser respeitadas. Nada mais totalitário. Nada mais antidemocrático. Serviria direitinho em uma escola de inspiração nazi-fascista.

Tristes são as conseqüências. Um grupo de pais está indignado com a escola, mas não consegue se organizar minimamente para protestar e tirar essa porcaria travestida de livro didático do currículo do colégio. Alguns até reclamam, mas muitos que se tocaram da podridão travestida de ensino têm vergonha de serem vistos como diferentes. Eles não são minoria, eles não estão errados, mas sentem-se assim. A revolução silenciosa avança e o guarda de quartirão é o medo do que possam pensar deles.

O antídoto para a revolução silenciosa? Botar a boca no trombone, alertar, denunciar, fazer pensar, incomodar os agentes da Stazi silenciosa. Não há silêncio que resista ao barulho.”

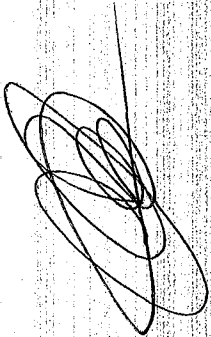
(transcrição parcial)

5 – Denúncia do engenheiro Júlio César Lamb, publicada no site www.escolasempartido.org, em 13.07.2006:

No ano de 2002, o Colégio Espírito Santo (Canoas-RS), promoveu uma palestra sobre a ALCA, ministrada por professor universitário de história, que portava na lapela uma estrela do PT. A palestra foi absolutamente parcial, além de pobre e superficial, onde prevaleceram as críticas ao capitalismo e imperialismo americano.

Na ocasião havia muitos cartazes espalhados pela escola com críticas à ALCA.

Questionada a escola sobre se intendia promover palestra com orientação contrária para oferecer aos alunos outra versão sobre o assunto, fui informado que não havia intenção. Durante a palestra intercedi contrariamente ao posicionamento do palestrante e fui chamado de impertinente por professores presentes. Trata-se de escola privada administrada por freiras católicas.



Handwritten signature or mark on the right margin.

Retirei meus filhos da escola no mesmo ano.

A bibliografia da cadeira de história e geografia faz críticas sutis ao capitalismo e ao imperialismo.

6 – Reportagem do jornal Zero Hora (Porto Alegre) de 24.07.2006 – “Mãe, o vovô é latifundiário?”:

Em uma região marcada por confrontos entre ruralistas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o livro de geografia usado na Escola Auxiliadora, uma das mais tradicionais instituições particulares de Bagé, causa polêmica entre os pais dos estudantes.

As queixas se referem a trechos considerados ideológicos e à presença de um artigo do líder nacional dos sem-terra João Pedro Stedile. A publicação é usada na 5ª série do Ensino Fundamental de algumas escolas da rede salesiana no Brasil, à qual pertence a instituição.

Descontentes com o enfoque dado na parte que trata sobre "Os modos de vida no campo - o uso da terra", os pais ficaram indignados ao ver um texto de Stedile ilustrando o dia-a-dia de um assentamento. O artigo Terra Prometida é original do livro Questão Agrária no Brasil.

- Só falta exigir que os alunos levantem e aplaudam - diz Daniela Gomes, administradora e mãe de uma menina de 10 anos.

A agrônoma Eveline Almeida ficou impressionada com a pergunta da filha de 11 anos:

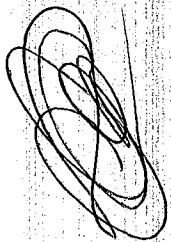
- Mãe, o vovô é latifundiário?

Segundo Eveline, a filha teria aprendido, a partir do livro, que a presença de máquinas no campo seria responsável pelos desempregados que chegam às cidades.

- Quando ouvi aquilo, não acreditei. Minha filha estava se sentindo culpada por ser filha e neta de produtor rural - espanta-se Eveline.

O Sindicato Rural da cidade contactou a instituição para protestar.

- Publicar um texto escrito por um cidadão processado por pregar o assassinato de produtores rurais é, no mínimo, curioso - comenta o presidente do Sindicato Rural de Bagé, Paulo Ricardo Dias.



Almeida

A direção da escola informou que revisará o conteúdo no próximo ano.

- Estamos abertos a críticas e somos contra invasões e depredações. Vamos discutir a mudança com toda a rede salesiana - informa o diretor da escola, padre Dácio Bona.

Nesta semana, o Sindicato Rural de Bagé deve entrar em contato com a direção da rede para tentar mudar o conteúdo da publicação.

(...)

O caso sobre o material didático usado na escola de Bagé chegou ao conhecimento do fundador da ONG Escola Sem Partido (www.escolasempartido.org), criada em 2004 para combater a doutrinação ideológica nas escolas brasileiras.

- Neste caso, estão tentando fazer a cabeça das crianças em uma idade em que elas não têm condições de discernir. Então, se vai se colocar uma visão, no caso o texto do Stédile, que se coloque também uma outra - crítica Miguel Urbano Nagib, fundador da organização não-governamental.

Para a coordenadora do curso de Geografia da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), Cláudia Luísa Pires, textos como os apresentados pela escola são muito complexos para alunos com essa idade:

- Não digo que esteja certo ou errado. Afirmo que esses estudantes são imaturos para receber informações complexas como essa. Eles não têm maturidade para opinar.

7 - Denúncia da jornalista Mirian Macedo publicada no *site* www.escolasempartido.org, em março de 2007:

“Acabei de tirar minha filha, de 14 anos, do Colégio Pentágono/COC (unidade Morumbi - São Paulo) em protesto contra o método pedagógico "porno-marxista" adotado pela escola no ensino médio este ano. O sistema COC, que começou como cursinho pré-vestibular há cerca de 40 anos em Ribeirão Preto-SP, está implantado hoje em mais de 150 escolas em todo Brasil, atingindo cerca de 200 mil alunos. O Pentágono - que, além do Morumbi, tem colégios em Alphaville e Perdizes - é uma das escolas-parceiras.

As provas de desvio moral-ideológico são incontáveis. Numa apostila de redação, a escola ensina "*como se conjuga um empresário*" e,

para tanto, fornece uma seqüência de verbos retratando a rotina diária deste profissional:

"Acordou, barbeou-se... beijou, saiu, entrou... despachou... vendeu, ganhou, lucrou, lesou, explorou, burlou... convocou, elogiou, bolinou, estimulou, beijou, convidou... despiu-se... deitou-se, mexeu, gemeu, fungou, babou, antecipou, frustrou... saiu... chegou, beijou, negou, etc., etc."

A página 4 da apostila de Gramática ostenta a letra de uma música de Charlie Brown Jr, intitulada *Papo Reto (Prazer É Sexo O Resto É Negócio)* – assim mesmo, tudo em maiúscula, sem vírgula. Está escrito:

"Otário, eu vou te avisar:/ o teu intelecto é de mosca de bar/ (...) Então já era,/ Eu vou fazer de um jeito que ela não vai esquecer".

Noutro exemplo, uma letra de Vitor Martins, da música *Vitoriosa*:

"Quero sua alegria escandalosa/ vitoriosa por não ter vergonha/ de aprender como se goza".

As apostilas de História e Geografia, pontilhadas de frases-epígrafes de Karl Marx e escritas em 'português ruim', contêm gravíssimos erros de informação e falsificação de dados históricos. Não passam, na verdade, de escancarados panfletos esquerdejosos que as frases abaixo, copiadas literalmente, exemplificam bem:

"Sabemos que a história é escrita pelo vencedor; daí o derrotado sempre ser apresentado como culpado ou condições de inferioridade (sic). Podemos tomar como exemplo a escravidão no Brasil, justificada pela condição de inferioridade do negro, colocado (sic) como animal, pois era 'desprovido de alma'. Como catequizar um animal? Além da Igreja, que legitimou tal sandice, a quem mais interessava tamanha besteira? Aos comerciantes do tráfico de escravos e aos proprietários rurais. Assim, o negro dava lucro ao comerciante, como mercadoria, e ao latifundiário, como trabalhador. A história pode, dessa forma, ser manipulada para justificar e legitimar os interesses das camadas dominantes em uma determinada época".

Sandice é dizer que a Igreja legitimou a escravidão. Em 1537, o Papa Paulo III publicou a *Bula Veritas Ipsa* (também chamada *Sublimis Deus*), condenando a escravidão dos 'índios e as mais gentes'. Dizia o documento,



Alcides

aqui transcrito em português da época que *"com autoridade Apostolica, pello teor das presentes, determinamos, & declaramos, que os ditos Indios, & todas as mais gentes que daqui em diante vierem á noticia dos Christãos, ainda que estejam fóra da Fé de Christo, não estão privados, nem devem sello, de sua liberdade, nem do dominio de seus bens, & que não devem ser reduzidos a servidão"*.

Outra pérola do samba do crioulo doido, extraída da apostila de História:

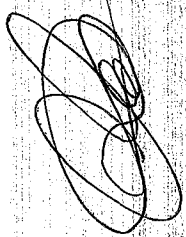
"O progresso técnico aplicado à agricultura (...) levou o homem a estabelecer seu domínio sobre a produção agrícola em detrimento da mulher".

Ok, feministas. Agora, tratem de explicar a importância e o poder das inúmeras deusas na mitologia dos povos mesopotâmicos, especialmente Inana/Ishtar, chamada de Rainha do Céu e da Terra, Alta Sacerdotisa dos Céus, Estrela Matutina e Vespertina e que integrava, com igual poder, a Assembléia dos Deuses, ao lado de Anu, Enlil, Enki, Ninhursag, Nana e Shamash. Na Suméria, *"tanto deuses quanto deusas eram patronos da cultura; forças tanto femininas quanto masculinas estavam envolvidas com a criação da civilização. A realidade dos papéis das mulheres dentro de casa estava em perfeito acordo com a projeção destes papéis no mundo divino"*. (Tikva Frymer-Kensky em seu livro de 1992, *In the Wake of Goddesses: Women, Culture and Transformation of Pagan Myth*. Fawcett-Columbine, New York.

Mais delírio marxista de viés esquerdológico:

"Estas transformações provocaram a dissolução das comunidades neolíticas, como também da propriedade coletiva, dando lugar à propriedade privada e à formação das classes sociais, isto é, a propriedade privada deu origem às desigualdades sociais - daí as classes sociais - e a um poder teoricamente colocado acima delas, como árbitro dos antagonismos e contradições, mas que, no final de tudo, é o legitimador e sustentáculo disso: o Estado". (Definição de propriedade privada, classes sociais e de Estado, em sentido marxista, no neolítico, nem Marx!).

Calma, não acabou: No capítulo sobre a Mesopotâmia, a apostila informa que o deus Marduk (grafado Manduque) ordenou a 'Gilgamés' que construísse uma arca para escapar do dilúvio. (Gilgamesh é, na verdade,



Calma

descendente do Noé caldeu/sumério, chamado Utnapishtin/Ziusudra. É Utnapishtin que conta a Gilgamesh a história da arca e do dilúvio. Há versões em que Ubaretut, filho de Enki, é que é o verdadeiro Noé; Utnapishtin apenas revela a história do dilúvio a Gilgamesh).

Outro trecho informa que o *"dilúvio seria enviado por Deus, como castigo às cidades de Sodoma e Gomorra"*. (Em Genesis (19,24), lê-se: *"O Senhor fez então chover do céu enxofre e fogo sobre Sodoma e Gomorra"*. Além disto, a destruição de Sodoma e Gomorra nada tem a ver com Noé e sim, com o patriarca Abraão e seu sobrinho Ló).

Outros achados:

"Diz a tradição que Sargão era filho de um jardineiro, o que nos faz pensar que, nesta época, como era possível alguém das chamadas camadas baixas da sociedade, ter acesso ao poder?". (Que reflexão revolucionária! E que estilo!).

No capítulo "Geografia das contradições" lê-se: *"Uma das graves contradições relaciona-se à economia: na sociedade capitalista quase todos trabalham para gerar riquezas, mas apenas uma minoria burguesa se apropria dela (sic) (...) Por outro lado, é necessário compreender que a sociedade foi e é organizada por meio das relações sociais de produção. Entre nós, e na maioria dos países, temos o modo de produção capitalista, em que a relação básica é representada pelo trabalho. Nele encontram-se os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores que, não possuindo os meios de produção, vendem sua força de trabalho"*. (Marxismo puro, simples assim).

O mais grave é que estas apostilas, de viés ideológico explícito, vêm sendo adotadas por um número cada vez maior de escolas no País. Além das escolas próprias, o COC faz parcerias com quem queira adotar o sistema, como aconteceu este ano com o Colégio Pentágono, onde minha filha estuda desde o primário. Estas apostilas têm de ser proibidas e as escolas-parceiras e o COC têm de ser responsabilizados. É a escuridão reinante."

8 – Mensagem enviada ao site www.escolasempartido.org por Klauber Cristofen Pires, em 30.04.2007.

Sexta-Feira passada, dia 23/04/2007, comparecemos, eu e minha esposa, a uma reunião de pais de alunos, promovida pela escola de minha filha de seis anos, hoje cursando a 2ª série (1ª série, na nomenclatura antiga).

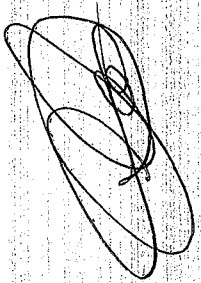
A mesma havia sido marcada para que os professores pudessem apresentar algumas avaliações sobre a turma, mas principalmente, para também dar instruções sobre o dia da cultura brasileira e japonesa (a escola – Centro Educacional Kioko Oti, em Belém, PA – é de origem nipônica), um evento que, para nós, é uma festa junina combinada, com apresentações e vendas de artesanato e comidas brasileiras e orientais.

Confesso que eu estava meio sonolento, enquanto os professores davam detalhes sobre as roupas das crianças e que tais, e uma coisa tão corriqueira não seria de modo nenhum uma notícia ou motivo para um artigo se eu não tivesse sido acordado abruptamente quando ouvi a palavra “grileiros”! Neste momento meus olhos instintivamente se abriram, e meio que perdido no discurso, procurando me colocar dentro do desenvolvimento da conversa, um comentário de um casal, questionando a influência da Igreja Católica no tema da apresentação das crianças serviu-me para me dar tempo de ficar desperto e me posicionar dentro dos acontecimentos.

A objeção do casal proviera da explicação da professora, que informara que o tema para a apresentação das crianças seria a Amazônia, por ser um tema em evidência haja vista a Igreja Romana estar promovendo neste ano um tema afim, por meio de sua Campanha da Fraternidade. A família, adepta do Budismo, manifestou a sua preocupação com relação ao fato de não haver um catequismo infiltrado no tema, coisa que eles não gostariam com relação ao seu filho.

Todavia, eu, que tenho origem católica, percebi outro fato, este sim, digno da minha objeção. Aquela palavra que me despertara, “grileiros”, fazia parte da explicação da professora sobre como as crianças iriam desenvolver as apresentações. Então eu lhe expliquei que não gostaria de ver temas carregados de tons políticos, e que eu não aprovaria a participação de minha filha caso assim fosse mantido.

Ao ser solicitado por maiores explicações, eu a procurei fornecer, à professora, que me pediu, e aos demais pais, consciente do extremo cuidado e comedimento com que teria de expor as minhas razões, para que o debate não se desvirtuasse, sob pena de ser conduzido a um caos. Expliquei então que as crianças estão em idade mui tenra para tratarem de problemas tão polêmicos, que, de tão complexos, nós mesmos, adultos, ainda não sabemos convenientemente como lidar. Também expliquei que o modo como a Igreja está conduzindo a Campanha da Fraternidade reveste-se muito mais de um posicionamento político do que propriamente religioso.



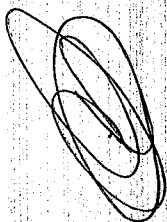
Albert

Mas a explicação dada, por mais cuidadosa que tivesse sido, não foi suficiente para se evitasse criar uma acalorada discussão na sala. As perguntas se me amontoavam, e de tal modo, sem que isto representasse para mim uma surpresa, mas apenas para trazer ao leitor o retrato do tipo de reação que sofri, pelo fato de serem expressas de forma totalmente desconexa com a minha proposta. As reações expressadas pelas demais mães concentravam-se em indagações ligadas, sobretudo, aos méritos, ora da Campanha da Fraternidade, ora da escola, ora dos próprios conceitos políticos ali sugeridos. Perguntaram-me- quase sempre em tom inquisitório - se eu tinha algo contra a escola, ou contra a Campanha da Fraternidade; se eu era católico, e mais, se eu tinha algo contra os “temas sociais” ali sugeridos. Então reiterei que não se tratava de aceitá-los, mas, sobretudo, de evitar a todos, como forma de assegurar às crianças um ambiente sem pressões, no qual elas possam adquirir o conhecimento e se instruírem, para que no futuro tenham a capacidade de formular suas próprias opiniões, e arrematei, citando o site do movimento Escola sem Partido (<http://www.escolasempartido.org>).

Em destaque, uma das minhas maiores opositoras no momento foi uma mãe que se declarou “educadora”, a qual nos declamou um longo discurso carregado de termos tais como a necessidade de “conscientizar” as crianças, “justiça social”, “sociedade racista”, “políticas públicas para o ensino”, e assim por diante. Interessante como, muito “democraticamente”, aquela senhora afirmava em tom categórico que “a escola, tem, sim(!), que tratar destes temas, e que eu não deveria “manter a minha filha dentro de uma redoma” (...). Reitero aqui, em resposta àquele “tem, sim, que...” que eu havia apenas proposto me afastar do evento, jamais influenciar determinadamente o destino dele(Quanto a manter minha filha sob o manto da ignorância – ora bolas, logo ela...que fora promovida de classe no início do semestre!).

Quando já há muito eu me calara, por solicitação sábia da minha esposa, ainda ouvíamos o discurso acalorado daquela senhora (que àquela altura já tinha desfiado todo o programa político dos partidos de esquerda), mas enfim, uma voz de uma mãe, por muito bem expressa que fora, soube colocar os termos de forma mais bem apropriada que eu houvera feito, veio em nosso socorro e pacificou a questão.

Do fato, as conclusões que tirei foram as seguintes: primeiramente, houve uma grande surpresa de todos. O extremo conformismo ou adesismo

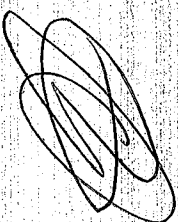


Alberto

com que costumamos receber certas notícias, principalmente quando vêm de representantes da escola ou da igreja fez com que aquelas pessoas se vissem totalmente desprevenidas com a minha objeção, daí o amontoamento de perguntas e reações dispersas. Creio que a metade dos pais não se expressou, limitando-se a observar cautelosamente o desenrolar da trama. A discussão então se deu mais ou menos entre um quarto contra e outro a nosso lado. Finalmente, creio que minha reação foi bem sucedida, quando, após a reunião, vários pais vieram me pedir o endereço do site do movimento Escola sem Partido.


A quem me lê, eu finalizo aqui simplesmente dizendo que um fato como este, no meu tempo de aluno, jamais ocorreu, nem ocorreria. Pais e professores tinham uma idéia muito clara do que era educação e do que era política, e um ato de infiltrar elementos políticos sob o pretexto de educar não seria visto senão como algo escandaloso e vergonhoso. Em nossos dias, ao contrário, tímido, cauteloso, tive de ser eu, ao denunciar algo tão óbvio. Nossos valores mudaram muito. E para pior. Está na hora de mudar. Pais e mães, por favor, atentem-se com o que está acontecendo na escola de seus filhos. E não tenham a vergonha de denunciar tais atitudes, e de se contrapor a elas. São seus filhos que estão lá. Pensem neles. Não se deixem enganar por tais “políticas públicas para o ensino”, que não passam senão de programas propostos por políticos inescrupulosos, que já querem formar seu curral de eleitores dóceis por meio de doutrinação prematura de nossas crianças.

9 – Depoimento enviado ao *site* www.escolasempartido.org pelo professor de História Márcio Santana, em 14.05.2007:



Meu contato com a pregação do marxismo em sala de aula começou cedo. Lembro-me nitidamente de uma professora de geografia na 8ª série (cursada em 1993) que gastava aulas e mais aulas para falar das condições de trabalho dos professores (baixo salário, falta de giz, material didático etc.). Na época, pouco me importava com aquilo tudo. Eu era o que os marxistas chamam – com deboche – de um perfeito alienado.

A preocupação dos alunos era basicamente com a geografia em si, no período ainda muito ligada à geografia física (hidrografia, climas, vegetação). Toda aquela conversa sobre greves, política etc., parecia-me enfadonha. Salvo engano, nesse período ocorreram algumas greves, que muito atrapalhavam a vida de todos os alunos.



O fato concreto é que pouca aula nós tínhamos, pois a prezada mestra se preocupava basicamente em nos converter em petistas. Para a maioria dos meninos, a informação entrava por um ouvido e saía pelo outro. Alguns poucos começavam a dar ouvidos àquela conversa toda.

A escola em questão é Helena Lombardi Braga, instituição pública no bairro de Itaquera, São Paulo. O que deu margem à pregação petista-esquerdista na escola foi a existência de uma diretora – a malfadada dona Vanda – de costumes rígidos, exigente com a disciplina e que não pensava duas vezes para dar um bom grito com alunos que estivessem pelos corredores. Pronto: ela era o modelo ideal de tudo aquilo que a pregação de esquerda dizia ser contra, ou seja, a tradição, o modelo repressor e antiquado.

Felizmente na disciplina de História a coisa foi diferente. Sempre tive professores engajados no movimento sindical – um direito constitucional de qualquer indivíduo –, mas que não misturavam as coisas. Em suas aulas se preocupavam basicamente em discutir o programa. Não paravam para doutrinação ou propaganda política.

Já no ensino médio, recordo-me de um professor muito querido, esquerdista até a alma, mas que nunca usou sua cátedra para doutrinação. Obviamente, sua sensibilidade era visivelmente de esquerda, mas, nunca o vi convocar alunos para passeatas, pedir apoio para greves ou coisas do tipo. Também nunca atacou a burguesia, aliás, não recordo do prof^o Valter pensar a História pela luta de classes. Nunca atacou banqueiros, comerciantes, religiosos etc. Tinha uma sensibilidade muito rara.

Uma aula inesquecível – e que despertou minha paixão pela História – sobre Canudos foi um primor de análise, pois não emitiu julgamentos. Não embarcou em condenações a esse ou àquele grupo social etc. Lembro do mestre ter lido trechos de obras literárias, mas a memória já não permite precisar quais.

O caso mais gritante de doutrinação marxista foi no cursinho. Em 1998 cursei o extensivo do Objetivo, tendo aulas de História com um professor chamado Nunes. Era profundo conhecedor do ofício, mas era extremamente tendencioso nas suas opiniões e análises.

Lembro-me, por exemplo, da utilização constante da expressão “classes mérdias”, para designar as classes médias. Seu tom de voz, imponente e debochado, dava um efeito especial à exposição. Outra pérola



Handwritten signature or initials in the right margin.

do arsenal nunesco era atacar a burguesia, culpando-a de tudo de ruim que existisse na face da Terra. Exploradora e sugadora do trabalho proletário, era a culpada pelas revoluções mundo afora. De tanto que explorava os pobres, estes teriam que reagir de alguma maneira.

Quando tratamos da História dos Estados Unidos nos séculos XIX e XX, os ataques foram pesados. Numa das aulas, o professor disparou: os EUA não podem se gabar de serem os melhores da América, uma vez que teriam sido colonizados por prostitutas, ladrões e outros tipos bizarros que haviam escapado da Europa.

Os alunos percebiam sua agressividade e a tendência marxista, mas, ao ser questionado, respondia apenas que era socrático, ou seja, só sabia que nada sabia. A sua visão anti-religiosa era explícita, também não faltavam ataques à TV, pois ambas alienavam a população. Numa das primeiras aulas ele tascou a célebre frase: o primeiro socialista foi Jesus Cristo.

O tempo passou, ingressei na faculdade, formei-me em História e, hoje, atuo como professor no sistema particular de ensino. Minha maior surpresa quando retornei à sala de aula como professor foi o total domínio do marxismo nas disciplinas de História e Geografia. A coisa é totalmente tendenciosa, inclusive nos sistemas apostilados. Basta um breve exame para captar o viés ideológico marxista. Até as famosas leituras complementares versam apenas nesta perspectiva.

O mais importante, no entanto, ainda não é isso. A doutrinação dos alunos é facilmente perceptível. No ano passado, ingressei numa escola particular. O professor anterior era anarquista assumido que, segundo os alunos e a coordenação pedagógica da escola, fazia propaganda e tudo. O colega deixou alguns discípulos.

Nas primeiras aulas o estranhamento era visível. Não demorou e cobraram-me, sutilmente, o atestado ideológico: você é capitalista ou socialista? Respondi polidamente minha posição, expliquei as razões de minha escolha e procurei fazer com que os alunos entendessem que a tomada de posições requer reflexão e maturidade. Ressaltei que eu mesmo já apoiara o MST e, com o passar do tempo, mudei minha compreensão do mundo. Deixei claro que o importante era que eles não se tornassem sectários e se fechassem a qualquer informação que parecesse contrário àquilo que sua ideologia defendia. Por fim, concluí que minha única militância era pela democracia e liberdade de expressão.



Nesta turma tive alguns contratempos. Quando disse, certa ocasião, que a democracia brasileira vinha se aperfeiçoando, apesar de alguns ataques contrários, fui hostilizado. Uma aluna bradou: como você pode chamar um sistema no qual o voto é obrigatório de democracia? A questão é típica de anarquista, posição que a menina nunca escondeu de ninguém.

Na minha resposta fiz dois reparos: (a) o regime democrático é mais complexo e vai além da questão do voto, além do que isso poderia ser superado, pois quem for contra que não saia de casa, posto ser a multa uma verdadeira ninharia. Ressaltei também que a medida, segundo fala do presidente do TSE na época – Marco Aurélio de Mello, salvo engano – visava criar uma cultura de participação. Poderíamos discordar da eficácia, duvidar de ser uma saída correta e até entendê-la como uma medida autoritária; (b) expliquei à turma que a não participação na vida eleitoral e partidária era uma posição clássica e definidora mesmo do anarquismo, por isso, a posição da colega deles.

Não nego que a rispidez da aluna tenha me incomodado. Nunca consegui determinar ao certo se sua ira era contra minha afirmação, ou se esta foi pretexto para a menina criticar-me em virtude de minha visão de mundo. Em seu entendimento eu era um conservador reacionário com tendências autoritárias. Infelizmente o contencioso perdurou por todo o ano.

Curiosamente, em certa ocasião apliquei uma prova. Essa menina e sua turma não sabiam nada, pois haviam faltado muito às sextas, dia que eu ministrava aula. Pois bem, tal não foi minha surpresa quando a professora que aplicou minha prova para essa turma contou-me que a jovem anarquista insuflou as amigas – e toda a sala – a entregar a prova em branco para parecer que eu não dava aulas corretamente naquela turma. A esperança era de que a prova fosse cancelada. Felizmente, o coordenador me deu total apoio, pois acompanhava meu trabalho de perto, além de que eu já o alertara para o problema das faltas na sexta-feira. É uma posição nazista a solução adotada pelas jovens. Nunca falei a ninguém sobre esse meu entendimento do episódio, mas lembro-me dos membros do Partido Nazista abandonando o Parlamento alemão quando a sessão não lhes era favorável. Triste episódio.

Na semana passada discutia com alunos da 7ª série sobre a história americana. A apostila forçava uma discussão sobre sua origem liberal. Um aluno questionou-me sobre minha posição ideológica. O menino tascou: mas e os pobres! O menino estava visivelmente espantado com minha



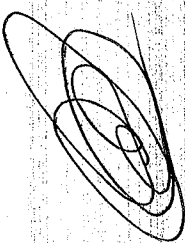
Handwritten signature or initials in the right margin.

insensibilidade. Daí o debate acabou tomando quase toda a aula. Basicamente o menino defendeu duas premissas: (a) ninguém deveria se importar em ceder um pouco de seu conforto para dividir com os demais; (b) a liberdade não é um preço tão caro a pagar pela justiça social.

O que me impressiona é o fato do garoto ter essas teses socialistas tão nítidas em sua mente. Fruto de trabalho anterior de professores, mas, acredito que seus pais sejam de esquerda. Não entrei em detalhes, uma vez que esse não é o meu papel. No fim das contas, essa turma defendeu o "modelo capitalista", pois entenderam que a riqueza é que deve ser universalizada. Fui pego de surpresa pela polarização e pela relativa paixão com que os meninos e meninas defenderam suas posições. A pregação marxista funcionou, de um jeito ou de outro, pois a discussão saiu da análise metódica para a politização, por mais que eu tentasse o tempo inteiro redirecionar o tipo de abordagem.

A politização não é um mal em si, pois a política é uma das dimensões mais naturais do ser humano, desde os primórdios dos tempos. Porém, até chegar num nível de maturidade, no qual o aluno possa realmente ser ativo no processo de reflexão, o professor deverá ser o mais imparcial possível. Deve fornecer visões diferentes de um mesmo fato e conduzir o aluno a reflexão. Não deveria nunca forçar uma leitura unidimensional da realidade histórica. Sé é para ser plural sejamos todos, não é mesmo?

10 – Depoimento enviado ao *site* www.escolasempartido.org pelo estudante Davi J. Dias, em 31.05.2007:



Tendo estudado cerca de quinze anos no mesmo colégio particular, sou testemunha de que "o método pedagógico porno-marxista" existe e é praticado sem o menor pudor. Não escapam dele nem mesmo as escolas "católicas". Falo por experiência própria. Já fiz uma pesquisa, e não conheço ninguém da minha idade que não tenha sido submetido a essa porca pedagogia.

Para ilustrar, passo a contar algumas pérolas dos meus ex-professores (felizmente, esqueci a maior parte desse tesouro de sabedoria):

Lembro-me muito bem de um professor de História que me deu aulas durante uns três anos. No início, lembro que ele até fazia piadinhas com os ex-colegas comunistas de faculdade. O sujeito chegou até a dizer,



certa vez: "O comunista é comunista só até o dia em que ele consegue comprar o primeiro carro."

O tempo passou, e, no terceiro ano do segundo grau, o professor de história estava transformado. Não sei o que houve naquele meio-tempo, mas o novo homem que nos deu aulas preparatórias para o vestibular já não era aquele capaz de fazer piadinhas com os comunistas. Não, ele agora parecia mais um militante do PSTU ou do PCdoB incitando os alunos à luta etc. etc.! Não lembro direito o que ele disse nos últimos meses de aula, mas me impressionou bastante, porque naquele tempo eu já estava crescidinho e não engolia qualquer afirmação feita pelos "mestres". Enfim, era já um novo homem o meu professor: ele havia passado por uma revolução raulseixiana. Será que o coitado tinha precisado vender o carro?

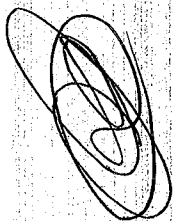
E o professor de Biologia, então? E aqui devo abrir um parêntese: Apesar de ser um grande amigo, uma pessoa com quem eu podia conversar sobre literatura e cinema (no fundo, uma boa pessoa), esse meu professor foi um dos que fizeram mais estragos na minha cabeça. Digo isso porque quero deixar claro que nada tenho contra a pessoa desse professor, mas apenas contra "o método pedagógico porno-marxista" de que ele também era adepto. Cheguei inclusive a lhe mandar uma carta amistosa, dois ou três anos depois de ter saído da escola. Mandei-lhe de presente "A Descoberta do Outro", de Gustavo Corção. A carta nunca foi respondida.

Mas, voltando ao assunto, lembro que eu tinha aulas de Biologia segundo o método "porno-marxista". Sei que é difícil imaginar uma aula sobre síntese protéica nos moldes da pedagogia suína, mas, acredite, essa aula é perfeitamente possível, e consiste em comparar o núcleo celular com um empresário malvado e poderoso, as organelas com o proletariado superexplorado etc. etc., e em fazer, de vez em quando, algumas referências mais apimentadas ao corpo humano, ao sexo etc.

Sobre esse último aspecto, aliás, lembro-me perfeitamente bem do dia em que o professor falou do pH vaginal e do iogurte, fazendo uma clara referência ao sexo oral...

Ah, e para lembrar da síndrome de Patau, causada pela trissomia do cromossomo 13, como é que ele fazia? É simples: PT-13. PT-13. PT-13. Muito simples.

Como se não bastasse, ainda tínhamos aulas de educação sexual com outros "especialistas". E aí as coisas ficavam ainda mais – como direi? –



Albert

picantes. Constantemente os professores nos convidavam a nós alunos para que explorássemos os nossos corpos, sem pudor, "sem culpas". Lembro até que a professora nos ensinava como manusear o espelho nessa fantástica busca pelo conhecimento...

E eu achava tudo normal. Só depois de alguns anos é que fui entender o motivo de um colega meu, presbiteriano convicto, sentir-se tão desconfortável durante as aulas de educação sexual. Agora me vem à memória a frase de Nelson Rodrigues: "A educação sexual só devia ser dada por um veterinário." E o veterinário deveria dar aulas de quatro, acrescento.

Mas eu ainda não terminei:

A professora de literatura, no último ano da escola, soltou esta: "Onan era o deus grego da masturbação". Emprestei-lhe um livro de ensaios de Carpeux, e me pareceu que ela ficou muito impressionada e meio sem graça ao descobrir que existiam pessoas (jovens!) que liam aquilo. Um tempo depois ela me devolveu o livro, dizendo que o irmão dela, professor no mesmo colégio, gostava daquele tipo de leitura.

E, já que toquei no assunto, devo falar um pouco do irmão da minha professora de literatura, com quem também tive algumas aulas para o vestibular. Ele era um freudiano dos mais descarados, que aproveitava qualquer oportunidade para empurrar nos alunos as teorias do doutor vienense. Em qualquer poema em que se fazia referência a uma pomba ou a uma avezinha qualquer, lá estava o sábio professor para nos dizer que aquilo se tratava, na verdade, do símbolo de uma vagina etc. O distinto também ensinava que o ato de um bebê mamar com prazer nos peitos da mãe representava a satisfação sexual etc. etc. Claro, aí está uma relação de causa e efeito perfeita. Um pouco de Rudolph Allers, acho, não teria feito nenhum mal ao sábio professor.

E o caso me traz à memória um outro professor de literatura, um homem muito "ilustrado" que via no ato de uma pessoa lavar bem seu carro uma espécie de representação da masturbação (ou coisa parecida), e no ato de os padres sentarem as crianças no colo uma coisa mais sutil e profunda... E, veja bem, esse professor foi o melhor que encontrei.

E os livros que éramos obrigados a ler? Frei Betto, Betinho, Boff e cia. E o material didático, que não deixava nada a desejar para o do COC?



Ah, acabo de lembrar outra cena. Na aula de história (sempre essa matéria), ríamos das obras de arte medievais, tão desproporcionais, tão disformes... O meu professor, é claro, não leu Régine Pernoud.

Paro por aqui. Eu poderia citar alguns casos mais, acontecidos comigo, e outros tantos passados com os meus amigos e parentes, mas acho que já disse o bastante.

Enfim, a nova pedagogia está em todo lugar, tanto nas escolas públicas quanto nas particulares, e alunos dedicados mas moralmente fracos, e que desejam levar o aprendizado para a vida prática, são os mais prejudicados – mais uma vez falo por experiência própria.

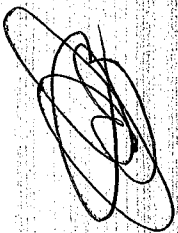
Que estrago a pedagogia porno-marxista fez na minha alma! Eu era fraco e queria ser bom aluno, queria colocar as coisas em prática. E aí brigava com os meus pais etc. etc. Até hoje sinto muita vergonha das coisas que fiz naquela época, influenciado pelos amigos e principalmente pelos ensinamentos da escola.

(Hoje, se eu pudesse planejar a minha própria educação e voltar à infância, desejaria que os meus pais me tirassem da escola e me dessem, para "compensar", a coleção "Gateway to the Greatbooks" da enciclopédia Britannica, de preferência traduzida para o português.)

Em suma, a nova pedagogia nada me trouxe de bom, e nada trará de bom a ninguém. Nem mesmo a tal "consciência política" os meus professores conseguiram forjar nos alunos. O tiro saiu pela culatra, e praticamente nenhum colega meu se interessava por questões políticas. Até hoje eu não me interessava realmente pelo assunto. Quando ouço alguém falando nos "anos de chumbo" ou quando vejo integrantes de movimentos estudantis discursando na faculdade, tenho vontade de sair correndo.

Não dizem por aí que a minha geração é pouco politizada, acomodada, indiferente? Pois me parece que isso aconteceu como efeito direto da tão falada "educação para a cidadania". Falaram tanto, mas tanto de política (e na hora errada), que ninguém quer mais ouvir falar no assunto. Está aí uma hipótese a ser investigada.

Por tudo isso, caro editor, peço que o sr. não desista da luta. O site é precioso, mas talvez falem pais realmente preocupados com o que as crianças estão aprendendo no colégio. Ou talvez eles existam e só estejam precisando conhecer o "Escola sem Partido".



Albert

11 – Denúncia da empresária Ana Prudente, publicada no *site* www.escolasempartido.org, em 13.08.2007:

Acredito em cada palavra que a Sra. Mirian Macedo, mãe de uma estudante do Colégio Pentágono/Morumbi (SP), escreveu em seu texto-denúncia Luta sem Classe. Meu filho estudou nessa mesma unidade de 1992, quando entrou na pré-escola, até concluir o colegial.

Parece-me que foi a partir da 8ª série que, acompanhando os estudos de meu filho, percebi que os capítulos mais valorizados nos livros de História eram justamente aqueles que enalteciam as experiências comunistas pelo mundo. Neles, o viés marxista estava em alta, enquanto os capítulos que ensinavam sobre a queda do comunismo eram simplesmente ignorados.

Lembro-me do dia em que meu filho chegou em casa e contou que seu colega tinha sido expulso da sala de aula por ter afirmado que, nos tempos do regime militar, tínhamos mais segurança nas ruas. Eles estavam cursando o ensino médio nesta época e eu pergunto: Por acaso o garoto disse alguma mentira para ser expulso de sala?

Mas o pior ainda estava por vir. Um dia, ao acordar, me deparei com um pôster enorme de Che Guevara colado na porta do quarto de meu filho. Quando lhe perguntei como tinha conseguido o tal poster, ele contou que seu professor de Política, de nome Rodrigo, tinha presenteado todos os alunos com aquela "pérola".

Aliás, o professor Rodrigo também promovia viagens a Cuba nas férias de julho, levando grupos de alunos para "passear" na ilha de Fidel. A organização destas viagens, incluindo reuniões com os pais, era feita nas próprias dependências do Colégio Pentágono.

No dia em que meu filho ganhou o poster de Che, eu o chamei para uma conversa muito séria, explicando-lhe os princípios teóricos de Marx, alertando para toda essa manipulação tendenciosa e apontando, sobretudo, os milhões de mortes que a aplicação do marxismo pelos regimes comunistas acarretou.

Depois de detectar estes desvios esquerdistas no ensino do Colégio Pentágono, tentei, por várias vezes, tirar meu filho de lá, mas ele sempre resistiu. Eu até compreendia, pois aquele colégio era como se fosse seu segundo lar. E como ele tirava zero propositalmente nas provas de admissão nas escolas em que eu tentava colocá-lo, fui obrigada a desistir e continuar

suportando a escola que ensinava aos seus jovens que o marxismo era tudo de bom.

Eu temia que ele sofresse algum tipo de perseguição caso eu denunciasse o viés esquerdista que passou a dominar o Colégio Pentágono. Não posso afirmar que fosse orientação da direção, mas que os professores estavam quase todos dominados e que idolatravam Marx, Fidel, Che e outros, isso eu tenho certeza.

Meu conselho aos pais com filhos em idade escolar é que fiquem atentos, muito atentos nas conversas que seus filhos trazem para casa. Que puxem assunto para que possam detectar uma possível "lavagem cerebral" em andamento, prática comum aplicada por aqueles que deveriam se manter neutros com relação aos seus alunos.

12 – Reportagem da Gazeta do Povo (Curitiba) de 10.09.2007 – “*Vestibular vermelho?*”:

“Há poucos meses, a mãe de uma aluna de uma escola do interior paulista reclamou de uma tentativa de doutrinação esquerdista no material didático que sua filha usava. A denúncia iniciou uma discussão sobre uma possível influência de movimentos socialistas na escola. E, segundo uma organização que observa a educação no Brasil, até o vestibular está ficando “vermelho”. “Há uma contaminação político-ideológica do ambiente acadêmico que afeta o vestibular, já que o professor militante também é examinador militante”, aponta o advogado Miguel Nagib, coordenador do Escola Sem Partido, grupo criado em 2004. A organização prioriza o ensino fundamental e médio, mas recentemente passou a observar também os vestibulares. Até o momento, o grupo não encontrou nenhum caso de viés ideológico em provas no Paraná, mas aponta problemas no Sudeste e no Nordeste.

Nagib resume as características do que considera uma questão com influências ideológicas: “a realidade é resumida ao lado bom de um lado, e o lado mau do outro; do lado bom estão sempre os trabalhadores, os índios, os países do Terceiro Mundo, revolucionários em geral, Che Guevara – ídolo absoluto –, a Revolução Francesa, Cuba, o MST, o socialismo, o humanismo, o Renascimento; do lado mau estão sempre a Idade Média, a Igreja Católica, os Estados Unidos, o capitalismo, a burguesia, os militares”. No entanto, o advogado faz uma ressalva: “o problema não é falar mal – os erros devem ser sempre apontados. O problema é ignorar e esconder

qualquer coisa que os 'vilões' tenham feito de bom, e que os 'mocinhos' tenham feito de ruim", diz. A professora Geise Montrezoro, do Bom Jesus, completa: "inverte-se a 'História dos vencedores': agora o indígena é bom e o jesuíta é mau. Mas uma História que mostra os vencedores apenas como bandidos não é História de verdade." Isso não significa, diz Nagib, que todas as questões tenham esse viés, ou distorçam a verdade histórica. "Uma questão ideologizada pode muito bem partir de uma verdade. Mas os diagnósticos sobre as causas daquela realidade sempre batem com a visão da esquerda", diz.

Os professores ouvidos pelo Caderno do Estudante/Vestibular se dividem sobre a questão. "Não acredito que haja tentativas de fazer a cabeça do vestibulando", aponta Osvaldo Siqueira, do Unificado. Para ele, a prova exige conhecimento, e não versões de interpretação. "Se o vestibular usa um texto de um escritor marxista como base de uma questão, não quer dizer que o examinador seja marxista", aponta. "Uma pessoa de direita pode ver doutrinação em uma questão que apenas denuncie problemas reais", afirma Arno Böing, professor de Geografia no Expoente, que no entanto não exclui a hipótese de tentativas de ideologização.

E como ficam as escolas e cursinhos diante de um vestibular tendencioso? "A prova militante aponta o caminho às escolas que querem bons índices de aprovação: ensinar os alunos a pensar como militantes. No país dos concursos, a verdade é o que está no gabarito", diz Nagib. Mas Geise não considera os professores reféns da ideologia. "Nesses casos, o professor com bom senso ensina o correto – mas avisa o aluno que, para passar no vestibular, terá de escrever outra coisa", diz."

(...)

"Se é que realmente existe tentativa de doutrinação de esquerda nas escolas e vestibulares, a fonte é, provavelmente, a faculdade, graças a um pensador italiano que pode não estar presente em muitas bibliografias, mas cuja doutrina está sendo muito aplicada: Antonio Gramsci. O cientista político e professor da Universidade de Brasília (UnB) Bráulio Matos explica que Gramsci via a escola como um grande meio de difundir o socialismo. "O ensino, em sua visão, era uma disputa pela hegemonia das idéias", diz.

"Gramsci concluiu que, em países com sociedade civil muito organizada, seria mais difícil para os comunistas tomar o poder com um golpe; então, o caminho seria uma infiltração permanente na escola, na

imprensa e na Igreja, para desmoralizar as tradições burguesas e implodir essas instituições por dentro”, resume Matos. Enquanto o capitalismo consolidaria seu poder sutilmente, reproduzindo seu modo de pensar por meio do ensino, a contestação deveria ser mais agressiva, mas dentro da escola, criando assim uma contra-hegemonia de inspiração socialista. No Brasil, as idéias de Gramsci inspiraram Paulo Freire e a Teologia da Libertação.

“Na nossa época de estudantes, o marxismo era bem forte na universidade. Ainda hoje há historiadores que se pautam por esse modo de pensar”, conta Osvaldo Siqueira, professor do Unificado e da Tuiuti. Seus colegas confirmam essa constatação. “Nunca presenciei, mas já ouvi comentários sobre alunos mais ricos que acabam pichados pelos próprios colegas”, diz Arno Böing, do Expoente, ressaltando que os socialistas perderam força após o fim dos regimes comunistas do Leste Europeu.

No entanto, hoje o cenário já seria diferente. “Surgiram novas escolas de estudo na História que ganharam terreno e enfraqueceram o viés marxista”, descreve Osvaldo. Geise Montezoro, do Bom Jesus, explica o fascínio dos intelectuais por uma doutrina que exalta o proletário. “Por algumas décadas, ser de esquerda era contestar o regime militar”, diz. Osvaldo concorda: “o intelectual tende a ser crítico, e como o governo era de direita, o intelectual buscava se colocar do lado oposto”, completa.

Sérgio Vicentin, que leciona História no Colégio Marista Paranaense e também dá aulas na Tuiuti, acredita que a militância é vital para o professor – mas tem uma definição diferente da palavra: “o professor militante, para mim, é aquele que assume posições, mas permite o debate. É o oposto do professor apático, que sequer lê jornal e se contenta em apenas cumprir o programa da matéria”, diz. Para Sérgio, assumir posições é diferente de tentar fazer a cabeça do aluno.

Infelizmente ainda existe muito professor tapado, para quem só valem as próprias idéias. Dependendo da idade do aluno, o professor pode ser uma referência mais importante que os pais, e um mestre que queira impor sua ideologia faz estrago”, afirma. E a ligação com partidos? “Eu sou totalmente contra a militância partidária por parte do professor. Ele deve ser político, mas não partidário. Levar o partido para a educação é um crime”, finaliza.

13 – Artigo do jornalista Ali Kamel publicado no jornal O Globo de 18.09.2007 – “O que ensinam às nossas crianças?”:

“Não vou importunar o leitor com teorias sobre Gramsci, hegemonia, nada disso. Ao fim da leitura, tenho certeza de que todos vão entender o que se está fazendo com as nossas crianças e com que objetivo. O psicanalista Francisco Daudt me fez chegar às mãos o livro didático "Nova História Crítica, 8ª série" distribuído gratuitamente pelo MEC a 750 mil alunos da rede pública. O que ele leu ali é de dar medo. Apenas uma tentativa de fazer nossas crianças acreditarem que o capitalismo é mau e que a solução de todos os problemas é o socialismo, que só fracassou até aqui por culpa de burocratas autoritários. Impossível contar tudo o que há no livro. Por isso, cito apenas alguns trechos.

Sobre o que é hoje o capitalismo: "Terras, minas e empresas são propriedade privada. As decisões econômicas são tomadas pela burguesia, que busca o lucro pessoal. Para ampliar as vendas no mercado consumidor, há um esforço em fazer produtos modernos. Grandes diferenças sociais: a burguesia recebe muito mais do que o proletariado. O capitalismo funciona tanto com liberdades como em regimes autoritários."

Sobre o ideal marxista: "Terras, minas e empresas pertencem à coletividade. As decisões econômicas são tomadas democraticamente pelo povo trabalhador, visando o (sic) bem-estar social. Os produtores são os próprios consumidores, por isso tudo é feito com honestidade para agradar à (sic) toda a população. Não há mais ricos, e as diferenças sociais são pequenas. Amplas liberdades democráticas para os trabalhadores. "

Sobre Mao Tse-tung: "Foi um grande estadista e comandante militar. Escreveu livros sobre política, filosofia e economia. Praticou esportes até a velhice. Amou inúmeras mulheres e por elas foi correspondido. Para muitos chineses, Mao é ainda um grande herói. Mas para os chineses anticomunistas, não passou de um ditador."

Sobre a Revolução Cultural Chinesa: "Foi uma experiência socialista muito original. As novas propostas eram discutidas animadamente. Grandes cartazes murais, os dazibaos, abriam espaço para o povo manifestar seus pensamentos e suas críticas. Velhos administradores foram substituídos por rapazes cheios de idéias novas. Em todos os cantos, se falava da luta contra os quatro velhos: velhos hábitos, velhas culturas, velhas idéias, velhos costumes. (...) No início, o presidente Mao Tse-tung foi o grande



Ali Kamel

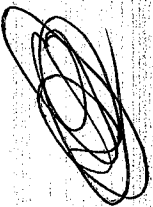
incentivador da mobilização da juventude a favor da Revolução Cultural. (...) Milhões de jovens formavam a Guarda Vermelha, militantes totalmente dedicados à luta pelas mudanças. (...) Seus militantes invadiam fábricas, prefeituras e sedes do PC para prender dirigentes 'politicamente esclerosados'. (...) A Guarda Vermelha obrigou os burocratas a desfilar pelas ruas das cidades com cartazes pregados nas costas com dizeres do tipo: 'Fui um burocrata mais preocupado com o meu cargo do que com o bem-estar do povo.' As pessoas riam, jogavam objetos e até cuspiam. A Revolução Cultural entusiasmava e assustava ao mesmo tempo."

Sobre a Revolução Cubana e o paredão: "A reforma agrária, o confisco dos bens de empresas norte-americanas e o fuzilamento de torturadores do exército de Fulgêncio Batista tiveram inegável apoio popular."

Sobre as primeiras medidas de Fidel: "O governo decretou que os aluguéis deveriam ser reduzidos em 50%, os livros escolares e os remédios, em 25%." Essas medidas eram justificadas assim: "Ninguém possui o direito de enriquecer com as necessidades vitais do povo de ter moradia, educação e saúde."

Sobre o futuro de Cuba, após as dificuldades enfrentadas, segundo o livro, pela oposição implacável dos EUA e o fim da ajuda da URSS: "Uma parte significativa da população cubana guarda a esperança de que se Fidel Castro sair do governo e o país voltar a ser capitalista, haverá muitos investimentos dos EUA. (...) Mas existe (sic) também as possibilidades de Cuba voltar a ter favelas e crianças abandonadas, como no tempo de Fulgêncio Batista. Quem pode saber?"

Sobre os motivos da derrocada da URSS: "É claro que a população soviética não estava passando fome. O desenvolvimento econômico e a boa distribuição de renda garantiam o lar e o jantar para cada cidadão. Não existia inflação nem desemprego. Todo ensino era gratuito e muitos filhos de operários e camponeses conseguiam cursar as melhores faculdades. (...) Medicina gratuita, aluguel que custava o preço de três maços de cigarro, grandes cidades sem crianças abandonadas nem favelas... Para nós, do Terceiro Mundo, quase um sonho não é verdade? Acontecia que o povo da segunda potência mundial não queria só melhores bens de consumo. Principalmente a intelligentsia (os profissionais com curso superior) tinham (sic) inveja da classe média dos países desenvolvidos (...) Queriam ter dois ou três carros importados na garagem de um casarão, freqüentar bons



Handwritten mark or signature in the right margin.

restaurantes, comprar aparelhagens eletrônicas sofisticadas, roupas de marcas famosas, jóias. (...) Karl Marx não pensava que o socialismo pudesse se desenvolver num único país, menos ainda numa nação atrasada e pobre como a Rússia czarista. (...) Fica então uma velha pergunta: e se a revolução tivesse estourado num país desenvolvido como os EUA e a Alemanha? Teria fracassado também?"

Esses são apenas alguns poucos exemplos. Há muito mais. De que forma nossas crianças poderão saber que Mao foi um assassino frio de multidões? Que a Revolução Cultural foi uma das maiores insanidades que o mundo presenciou, levando à morte de milhões? Que Cuba é responsável pelos seus fracassos e que o paredão levou à morte, em julgamentos sumários, não torturadores, mas milhares de oponentes do novo regime? E que a URSS não desabou por sentimentos de inveja, mas porque o socialismo real, uma ditadura que esmaga o indivíduo, provou-se não um sonho, mas apenas um pesadelo?

Nossas crianças estão sendo enganadas, a cabeça delas vem sendo trabalhada, e o efeito disso será sentido em poucos anos. É isso o que deseja o MEC? Se não for, algo precisa ser feito, pelo ministério, pelo congresso, por alguém."

14 – Reportagem da Gazeta do Povo de 23.09.2007 – *"Livros didáticos ideologizados preocupam pais e educadores"*:

O Brasil está passando por um sutil revisionismo histórico adotado à revelia por autores de livros didáticos. Pais e estudiosos do assunto têm questionado o conteúdo político-ideológico de algumas publicações usadas nas escolas públicas e particulares. Textos com teor altamente ideologizado foram identificados nas últimas semanas em publicações distribuídas aos milhares pelo Ministério da Educação em todo o país, ou em casos de livros didáticos de História e Geografia em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (leia mais nesta página). No Paraná, a polêmica chegou, quem diria, à disciplina de Educação Física.

"O texto [doc. 01] é declaradamente marxista, um emaranhado de sofismas, tendencioso do começo ao fim". A constatação é do advogado Miguel Nagib diante do Livro Didático Público da rede pública de ensino paranaense. Para ele, que coordena a associação Escola sem Partido, grupo independente sem vínculo político, ideológico ou partidário, o livro tenta

transmitir a idéia de que o esporte é fundamentalmente um instrumento usado pela classe dominante para “explorar e dominar as massas, com o intuito de impor idéias, tanto políticas quanto filosóficas, sobre os modos de produção e principalmente de consumo”.

“A prática esportiva é secundária, o que importa é fazer a revolução gramsciana”, diz referindo-se ao filósofo e cientista político italiano Antonio Gramsci (1891-1937). O texto do livro fala mal do capitalismo a partir de critérios abstratos e preconceituosos. Se falasse também do comunismo, os alunos poderiam ao menos comparar os dois regimes. “Nesse sentido é uma obra irresponsável e leviana, sem nenhum compromisso com a verdade histórica e a objetividade científica”, opina Nagib. Para ele, além de cercear a liberdade de aprender, esse tipo de material deforma a visão do estudante sobre a realidade.

O risco à formação intelectual dos jovens submetidos a uma abordagem ideologizada é a ignorância. “O problema é que, como essa visão é compartilhada pelo grupo e mais tarde será corroborada por outros professores militantes – inclusive no vestibular ideologicamente contaminado, como mostrou a edição de 10/09 do Caderno Vestibular da Gazeta do Povo –, o estudante passa a acreditar e a viver numa realidade paralela”, pontua Nagib.

Ao falar da “potencialidade transformadora” do ensino da Educação Física, o autor deixa claro que pretende usar a disciplina para fazer dos alunos “agentes de transformação social”. A técnica usada para levar os alunos a exercer o chamado “pensamento crítico” – que nunca é crítico em relação às atrocidades cometidas nos regimes comunistas – não é a da demonstração racional, mas a da insinuação maldosa. “O texto é repleto de perguntas retóricas, suspeitas, que induzem o estudante a fazer uma determinada abordagem do problema.”

O julgamento é feito a partir de critérios idealizados. “Mas se você comparar o capitalismo real com outros regimes reais, que existem ou existiram – como o comunismo e o nazismo, por exemplo – vai concluir que não é tão mau assim”, acredita Nagib. O mesmo vale, diz ele, para outros alvos da crítica esquerdista, como os Estados Unidos e a Igreja Católica. E lança um incômodo desafio: “Compare, por exemplo, o ‘imperialismo’ americano com o ‘imperialismo’ soviético e me diga sob qual desses dois jugos você preferiria viver ou ter vivido”.



Nagib acredita que com o tempo a maioria dos alunos – “guiada pelo bom-senso e educada pela experiência” – acaba se livrando dessa visão parcial, mas uma boa parte vai carregar essa visão para o túmulo. Ele identifica a insistência do autor em obter a adesão dos alunos, mediante a repetição de perguntas retóricas ao longo do texto. Uma vez prestada essa adesão pelo aluno, aumenta muito o custo psicológico de uma retratação, por mais elementos que ele encontre para fazer isto. “O orgulho intelectual é uma força poderosa e os militantes sabem disso”.

O vice-reitor do Centro Universitário Positivo (UnicenP), José Pio Martins, observa que os regimes livres aceitam e toleram que a liberdade seja usada mesmo por aqueles que não acreditam neles. “Liberdade é, por definição, o direito de discordar. Todavia, ainda que qualquer cidadão ou qualquer governante seja contra a liberdade política e econômica, isso não lhe confere o direito de usar dinheiro público para tentar doutrinar crianças e adolescentes nas escolas a favor da sua ideologia.”

Pio lembra que o compromisso da escola pública, sustentada com dinheiro de quem paga tributo e pertence a todas as religiões e ideologias, deve ser com os valores universais da ética, do saber, da ciência, da cultura, do desenvolvimento moral e do crescimento intelectual. “Quando um professor, um diretor de escola ou um governante resolve que usará o dinheiro da sociedade para impor a sua ideologia, está tentando impor, de forma arrogante e desonesta, a sua visão de mundo, como se fora dono de alguma verdade absoluta.”

O ideal de um governo seria dizer que há visões diferentes sobre um mesmo tema, explicar as visões conflitantes, e alertar aos alunos para que estudem, reflitam e, de forma livre e soberana, decidam suas crenças e seu caminho. “Parece que, para muitos governantes e educadores, o muro de Berlim ainda não caiu e, para eles, as vítimas do comunismo ainda não derrubaram esses regimes totalitários.”

(...)

A Secretaria de Estado da Educação sustenta que “em nenhum momento há elegia ao comunismo” no Livro Didático Público, cujo conteúdo foi produzido pelos professores da rede pública. Os textos foram selecionados a partir de experiências práticas e teóricas. Segundo o técnico pedagógico do Departamento de Ensino Básico, Mário Cerdeira Fidalgo, há uma sugestão de pesquisa na qual os alunos devem se informar sobre os

sistemas capitalista, socialista e comunista, refletindo sobre o porquê do capitalismo dominar o cenário mundial.

Para Fidalgo, o que há é uma postura crítica frente à realidade, cujo sistema dominante é o capitalista. “Logo, se quisermos abordar criticamente a realidade, não temos outra opção a não ser abordar a lógica hegemônica que a determina”, diz. Segundo ele, o capitalismo não é inquestionável, deve ser alvo de análises e deve, certamente, ser alvo de críticas. “O capitalismo está inserido nos textos do Livro Didático Público apenas com essa referência”.

De acordo com o técnico pedagógico, o Livro Didático Público do Paraná foi muito elogiado durante o 15.º Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e o 2.º Congresso Internacional de Ciência e Esporte, encerrados sexta-feira em Recife. “Recebeu elogios e pedidos de envio do material para ser utilizado nas escolas de outros estados e para utilização durante aulas em faculdades de Educação Física”.

Conforme Fidalgo, dizer que a abordagem do livro é ideologizada induz a pensar que as demais não são. “Toda abordagem corresponde a uma visão de mundo e toda abordagem tem o objetivo de influir na realidade”, pondera. Segundo ele, algumas são tendenciosas exatamente por ocultar seus objetivos, ao contrário do Livro Didático Público, que propõem ao aluno pensar criticamente sobre a realidade na qual vive, fundamental para a cidadania.

As críticas do capítulo 3 não seriam ao esporte em si, mas à “inequívoca manipulação das práticas esportivas por parte dos meios de comunicação, notadamente da televisão”. O texto sugere que a mudança das regras do vôlei, por exemplo, foi determinada pelos interesses das empresas de comunicação televisivas.

Fidalgo destaca no livro um texto com um questionamento acerca da priorização absoluta dos esportes competitivos e de como, em função disso, boa parte das pessoas acaba não podendo competir. “É muito difícil negar isso, mesmo ao mais empedernido crítico dos questionamentos acerca do modelo capitalista proposto para a sociedade. É muito difícil afirmar que há igualdade de condições para todos.”

(...)

No capítulo três da disciplina de Educação Física, o livro didático público recorre ao esporte e à televisão para afirmar que ambos, quando

associados, sofrem influência do sistema capitalista para explorar e dominar as massas, impondo suas idéias políticas e filosóficas. Seriam valores úteis ao capitalismo o respeito às regras, a derrota como aprendizado, a competição, a premiação unicamente ao vencedor.

“O que o autor (deste capítulo) não enxerga é a afinidade ontológica entre o esporte de competição – preferido por 9 entre 10 pessoas – e o regime capitalista. Ambos exigem o respeito às regras, o espírito de equipe, o esforço para aprimorar o desempenho, a aceitação da derrota, a vontade de vencer, a recompensa pelo esforço”, diz o coordenador da associação Escola Sem Partido, Miguel Nagib.

Os países comunistas não aboliram a competição no esporte e, não por acaso, apesar do fracasso econômico, mantiveram a atividade esportiva num nível de desempenho comparável ao dos países capitalistas. “Durante o nazismo, por exemplo, o esporte era um campo de afirmação da pretendida superioridade ariana. Em Cuba, o esporte é usado como sucedâneo incruento de uma guerra imaginária contra os Estados Unidos”, compara Nagib.

“O governo cubano investe todas as suas mirradas energias nessa pantomima de guerra”, diz o advogado. “Atleta cubano recebe tratamento especial, tem direito a comer um frango por semana em época de competição. Só não pode fugir do país”.

Nagib reconhece que nos países capitalistas a televisão e os meios de comunicação em geral são especialistas em criar artificialmente um clima de excitação coletiva em torno de certos eventos esportivos, como acontece no Brasil com a Copa do Mundo. “É evidente que existe manipulação nessas ocasiões e que muita gente ganha dinheiro com isso, mas ninguém é obrigado a comprar camiseta da seleção e a sair pela rua tocando corneta se não quiser.”

Para o advogado, seria ingenuidade ignorar a influência negativa do dinheiro sobre os esportes, assim como sobre a arte, a política, a religião, a educação. É preciso examinar o lado sombrio dessa relação, mas de forma equilibrada e objetiva. “Por outro lado, uma crítica honesta não poderia deixar de mencionar, além dos aspectos positivos e negativos do regime capitalista, também a situação dos esportes nos países que adotam o regime comunista.”

(...)

orquestração é mais ampla e os setores 'de bem', como se auto-proclamam, estão se organizando contra a esquerdização do país? Ou, quem sabe, de toda América Latina, já que o editorial da Gazeta também dirige seus ódios contra Chavez e a revolução bolivariana?"

O professor continua o texto em tom de galhofa – “Será que voltarão às ruas as marchas por Deus e pela Família, como em 64? Será que a Hebe, a Ana Maria, a Ivete, a Regina e outros ‘cansados’ também vão apoiar?” – e finaliza com a fina-flor da ironia: “Ai que medo”. Com opinião contrária, o consultor Sérgio Augusto Leoni Filho, também de Curitiba, acha “vergonhosa a apologia ao marxismo” nos livros didáticos.

“Os autores deste lixo ideológico deveriam complementar o texto demonstrando como os estados comunistas utilizavam o esporte para demonstrar a ‘superioridade socialista’, empanturrando as crianças com anabolizantes, hormônios e outros produtos, virilizando as mulheres, criando seios nos homens, entre outras aberrações”, diz.

Já o professor Clóvis Rogge, também da capital, acredita que a educação brasileira deveria merecer um mínimo de atenção de pais e educadores, pois acredita que para governantes e legisladores ela é apenas uma fonte de manutenção do poder pela ignorância. “Valorizar Marx e aqueles que distorceram muitas de suas teorias, como Lenin, Stalin, Mao e Fidel, e demonizar Adam Smith e o liberalismo, insurgindo-se contra a economia de mercado, nos coloca no horizonte a triste visão da experiência fúnebre que a Europa do Leste e a franja asiática tentam esquecer. E neste ‘circo dos horrores’ que se transformou a educação no Brasil, o Paraná contribui de forma substancial para o deprimente espetáculo”, conclui Rogge.

Professor de Filosofia e História em Pinhais, Marculino Camargo diz não existir aulas ou textos que não sejam ideológicos, pois são reflexos de quem os produz. “Tudo o que falamos ou escrevemos é sistematizado dentro de uma ideologia”. Segundo ele, nos livros de História muitas vezes o próprio título revela a ideologia dominante. “Por exemplo, o ‘descobrimento’ é uma manifestação do capitalismo mercantilista europeu que desconsiderava a existência de outros povos.” Para ele, o ideal seria não existir um livro básico, mas que professores e alunos pesquisassem várias obras confrontando posições antagônicas para cada um ir construindo sua verdade, mesmo a histórica.

16 – Artigo do jornalista Ali Kamel publicado no jornal O Globo de 02.10.2007 – “Livro didático e propaganda política”:

“Ainda os livros didáticos, um problema mais grave do que eu imaginava. Para 2008, o MEC me informa que já comprou mais de um milhão de exemplares do livro de história “Projeto Araribá, História, Ensino Fundamental, 8”, a ser distribuído na rede pública a partir de janeiro. Para ser exato, 1.185.670 exemplares a um custo de R\$ 5.631.932,50. É agora o campeão de vendas.

Sem dúvida, o livro tem mais compostura que o “Nova História Crítica”, que analisei aqui há 15 dias, mas, em essência, apresenta os mesmos defeitos e um novo, gravíssimo: faz propaganda político-eleitoral do PT. Na unidade 3, “A primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa”, o livro diz o seguinte, logo na abertura, sob o título “Um sonho que mudou a história”: “Em 1 de janeiro de 2003, o governo federal apresentou o programa Fome Zero. Segundo dados do IBGE, 54 milhões de brasileiros vivem em estado de pobreza. Em nenhum país do planeta existem tantos pobres vivendo entre pessoas tão ricas. No mundo, segundo o relatório do Banco Mundial, 1,2 bilhão de pessoas vivem com uma renda inferior a 1 dólar por dia, cifra que deve chegar a 1,9 bilhão em 2015. Por que, apesar de tantos avanços tecnológicos, pessoas continuam morrendo de fome? É possível mudar essa situação? Os revolucionários russos de 1917 acreditavam que sim. Seguros de que o capitalismo era o responsável pela pobreza, eles fizeram a primeira revolução socialista da história. Depois disso, o mundo nunca mais seria o mesmo. Hoje, passado quase um século, o capitalismo retornou à Rússia, e a União Soviética, que nasceu da Revolução Russa de 1917, não existe mais. Valeu a pena? É difícil responder. Mas como dizia um membro daquela geração de revolucionários, é preciso acreditar nos sonhos.”

Entenderam a sutileza? Os alunos são levados a acreditar que não há país no mundo com mais pobres do que o nosso (os autores esqueceram-se da Índia, para citar apenas um?). E que o Fome Zero seria o sonho de 1917 revivido.

O livro prossegue com pequenos tópicos sobre os principais acontecimentos mundiais, a revolução russa e seus antecedentes: grande pobreza no campo, extrema exploração dos operários. Vitoriosos os revolucionários, seus primeiros feitos são assim descritos: “Estradas de ferro

e bancos foram nacionalizados, as terras foram divididas e distribuídas entre os camponeses e a produção nas indústrias passou a ser controlada pelos operários. As medidas revolucionárias do novo governo feriram os interesses da burguesia e das grandes empresas que atuavam no país.” Segue-se um breve resumo da guerra civil — a burguesia e a aristocracia, apoiados pelos EUA e Grã-Bretanha, contra os revolucionários liderados por Lênin e Trotsky — e um pequeno verbete intitulado “A ditadura de Stálin”. Nele, lê-se que a URSS foi governada de 1924 a 1953 por Stálin, como um ditador. “As liberdades individuais foram suprimidas e os adversários do regime, inclusive os líderes da revolução, acabaram presos ou assassinados pelo regime.” Parece honesto, mas não é: omitir os detalhes da monstruosa ditadura de Stálin, que levou milhões à morte, é esconder dos alunos o mal que o socialismo real provocou. Especialmente porque os autores não se esqueceram de destacar o “bem” que Stálin proporcionou: “O Estado promoveu o desenvolvimento da indústria de base, como energia elétrica e metalurgia, investiu em educação e na qualificação de mão de obra e formou cooperativas agrícolas (...) para ampliar a produção no campo.”

Bonito, não? No fim do capítulo, nas atividades propostas aos alunos, fica estabelecida a distinção entre capitalismo e socialismo: “Os anos 1920, nos EUA, caracterizaram-se por consolidar a sociedade de consumo. Numa cultura de consumo, grande parte do tempo e das energias humanas está voltado (sic) para a aquisição de bens materiais. Sob a orientação do seu professor, debatam os seguintes aspectos: a) dados que comprovam o caráter consumista da sociedade atual; b) os efeitos negativos da cultura do consumo para o indivíduo e a sociedade.”

A orientação socialista do livro fica patente em muitas passagens. Veja por exemplo como os autores definem o Welfare State europeu: “Apesar de ter sido elaborado, no contexto da Guerra Fria, para afastar a ameaça representada pelo prestígio que o socialismo despertava no Ocidente, o Welfare State serviu, também, para concretizar antigas reivindicações do movimento sindical (...).” O livro se apressa a dizer que o Welfare State durou pouco, graças à crise do petróleo de 1973 (sic): “Nos anos 1980, os governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra (sic), e de Ronald Reagan, nos EUA, adotaram o modelo econômico de livre mercado, tornando nula (sic) a intervenção do Estado na economia (...).” Os alunos devem achar que viver naqueles dois países é um horror.



Handwritten signature or mark on the right margin of the page.

E Mao? Este parece ser um fetiche dos autores de livros didáticos. O livro conta que Mao derrotou o capitalismo na China e relata dois episódios, sem referência aos milhões de mortos que os dois eventos provocaram. “Em 1958, a fim de aumentar a produção, foram criadas cooperativas rurais e novas indústrias também. Essas iniciativas econômicas foram conhecidas como o ‘Grande salto para a frente’. Preocupado com a influência de valores ocidentais na China, Mao iniciou a Revolução Cultural, uma campanha oficial marcada por intensa doutrinação e repressão.” E mais não se diz.

Deixando de lado a História Universal, o que mais espanta no livro é a sua novidade: a propaganda político-eleitoral. Depois de relatar o sucesso do Plano Real no Governo Itamar, o livro explica assim a vitória de FH sobre Lula nas eleições de 1994: “Uma habilidosa propaganda política transformou o candidato do governo, Fernando Henrique, no pai do Plano Real.” Sobre os resultados do primeiro governo FH, o livro contraria tudo o que os especialistas dizem sobre os efeitos imediatos do Plano Real: “A inflação foi controlada, mas a um preço muito elevado. O desemprego cresceu, principalmente na indústria, elevando a miséria, a concentração de renda e a violência no país.” Herança maldita é pouco.

Depois de contar como o governo foi obrigado a desvalorizar o real, o livro diz que o segundo mandato de FH trouxe duas conquistas no campo social, como ampliar as matrículas no ensino fundamental e reduzir a mortalidade infantil. Mas o capítulo termina assim: “O PT chegou ao poder com a responsabilidade de vencer um enorme desafio: manter a inflação sob controle e combater a desigualdade social no Brasil, onde 54 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza.” Como os autores disseram no início, o sonho não acabou.

O livro termina com oito páginas sobre a fome no mundo e no Brasil. Há afirmações assim: “Há mais pessoas desnutridas na Nigéria, um país de 120 milhões de habitantes, do que na China, onde vive mais de 1,2 bilhão de pessoas.” A China é socialista, certo? As causas da fome, apontadas pelo livro, são as dificuldades de acesso à terra, o aumento do desemprego e a divisão desigual da renda. Depois de repetir que “o nosso país tem fome” o livro “esclarece”: “O combate à fome é o principal objetivo do governo Lula, que tomou posse em janeiro de 2003. Para isso, o governo lançou o Programa Fome Zero. A implantação do programa tem como referência o Projeto Fome Zero _ uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil, um documento que reúne propostas

elaboradas pelo Partido dos Trabalhadores em 2001. Leia agora parte desse documento.”

E as crianças são expostas a 52 linhas do documento de propaganda partidária elaborado em 2001 pelo Instituto da Cidadania, do PT. E a nenhum outro. O Fome Zero, que não conseguiu sair do papel, vira História. Tudo isso distribuído gratuitamente pelo governo federal a mais de um milhão de alunos. Isso é possível? Isso é republicano?

Não acredito que o presidente Lula aceite que propaganda política de um único partido seja distribuída com o uso de dinheiro público como se fosse aula de história. Não acho também que o MEC concorde com isso. Fica aqui o alerta.

Três detalhes.

O livro, deliberadamente, confunde pobreza com fome. A OMS admite até 5% de pessoas magras em qualquer população (os geneticamente magros e não os emagrecidos pela falta de alimento). O Brasil tem 4% de magros e, em pouquíssimas áreas, esse percentual chega a 7%; a Índia tem 50%. A fome no nosso país é, portanto, um fenômeno localizado, na casa das centenas de milhares de pessoas, nunca na casa dos milhões.

O livro, que se bate contra a globalização e o neo-liberalismo, foi impresso na China. Usando uma linguagem que poderia ser a dos autores, “roubando empregos brasileiros.”

E, por último, para que o leitor tenha certeza da péssima qualidade do projeto, sugiro uma visita à página 83 do livro de geografia para oitava série, da mesma coleção (1.087.059 exemplares ao custo de R\$ 4.859.153,73). Lá, num texto sobre o Islã, está escrito que a corrente sunita é a mais moderada e que “a xiita ou fundamentalismo islâmico é a mais radical”. Sim, eles acham que o xiismo e o fundamentalismo são sinônimos. Sim, eles ignoram que a Al-Qaeda, a manifestação mais brutal do fundamentalismo, é sunita. No mesmo texto, está escrito também que a Arábia Saudita, o berço do sunismo radical, é ... xiita.

Pobres de nossas crianças.”

17 – Texto de abertura da reportagem de capa da revista Época de 22.10.2007 – “*O que estão ensinando a nossas crianças*”:

“A catarinense Mayra Ceron Pereira, que mora na cidade de Lages, se sentiu incomodada com a lição de casa do filho, no início do ano. Aluno a 7ª série do colégio Bom Jesus, uma rede privada do sul do país, Gabriel, de 13 anos, tinha de definir o que é a mais-valia. Ela folheou o livro *Terra e propriedade*, da coleção *História Temática*, que ele usa na escola, e encontrou uma foto de José Rainha, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). ‘Ele aparecia apenas como líder social’, diz Mayra. ‘Não havia a informação de que foi condenado pela Justiça’. Em uma leitura mais atenta, ela se incomodou ainda mais com o que identificou como maniqueísmo nos textos. ‘Os poderosos são sempre os vilões, e os proletários os coitados. Não acho saudável crescer dividindo o mundo entre vítimas e culpados’, afirma Mayra, que é vereadora do partido Democratas (ex-PFL). ‘Eu não quero um livro neoliberal. Quero que deixem meu filho desenvolver seu julgamento no futuro. Nesse livro, as pessoas já vêm julgadas e condenadas.’”

18 – Trechos de abaixo-assinado apresentado por ex-alunos do Colégio de São Bento no Rio de Janeiro, divulgado no *blog* do jornalista Reinaldo Azevedo³, em 28.11.2007:

Ao Magnífico Sr. Reitor,
Dom Tadeu de Albuquerque

“Pois esta é a lei das quedas do espírito: primeiro ele perde o bem que possui, mas ao menos se lembra de o ter perdido; depois, quando avança mais longe, acaba esquecendo o próprio bem que perdeu, e, finalmente, não vê mais, nem de memória, o que antes possuía por experiência”. São Gregório Magno

Caríssimo Dom Tadeu,

Os ex-alunos, amigos e admiradores do Colégio de São Bento abaixo-assinados, pressurosos e aflitos com a notícia de fato grave que indica perversão dos princípios que sempre nortearam o ensino nessa veneranda instituição, os quais têm constituído o fundamento da herança espiritual e educacional legada às gerações de filhos que nela estudaram e se formaram, vêm à vossa presença, muito respeitosamente, para relatar a sua

³ <http://veja.abril.uol.com.br/blogs/reinaldo/2007/11/um-abaixo-assinado-contra-o.html>

tristeza e revolta com o acontecido e rogar sua especial atenção para a clara destruição que ele denuncia.

Foi no presente ano letivo de 2007, na sétima série do chamado ensino fundamental, que se distribuiu, aos alunos da cadeira de Geografia, uma apostila, com o brasão do Colégio de São Bento, a qual faz propaganda da ideologia comuno-marxista em detrimento do sistema capitalista de produção.

Estruturada sob a forma de uma sucessão de quadrinhos, ela é blasfema no significado espiritual, impertinente e medíocre no conteúdo, repulsiva na forma, e subversiva na mensagem moral e pedagógica.

Blasfema

O primeiro quadrinho, encimado pela oração que abre o prólogo do Evangelho segundo São João (“No princípio era o Verbo”), representa a sociedade perfeita, quando o verbo “trabalhar” é conjugado em diversas pessoas, do singular e do plural; a este segue o segundo quadrinho, em que “depois mudou o verbo do princípio”, e “trabalhar” só se conjuga na segunda pessoa, aplicando-se a primeira pessoa ao verbo “lucrar”. Noutro quadrinho, lê-se a notícia do surgimento da propriedade privada, “num momento em que o Criador estava distraído”...

No plano da fé, como conciliá-la com as aulas de religião, a menos que estas se reduzam a uma mera concessão às aparências? Como esperar futuramente coerência, intelectual e sobretudo espiritual, de alunos a que se ensinam “verdades” apoiadas em premissas mutuamente excludentes?

A apostila, como se observa, é explicitamente blasfema e anticatólica. Será preciso lembrar a um professor de nossa casa que o texto do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo é sagrado? E, se ele não pensa assim, é preciso que saiba que esta é a fé e estes são os valores da imensa maioria dos que elegem o Colégio de São Bento como opção para educarem seus filhos. Foi aqui, neste colégio, onde aprendemos que não se faz troça com o Evangelho; que não se invoca em vão o Santo Nome de Deus; que não se transforma a sacrossanta palavra de Deus em instrumento de baixa propaganda ideológica, ministrada a crianças de 13 anos de idade! “Melhor lhe seria que se lhe atasse em volta do pescoço uma pedra de moinho e que fosse lançado ao mar, do que levar para o mal a um só destes pequeninos. Tomai cuidado de vós mesmos” (Lc 17,2).

Impertinente e medíocre no conteúdo

Não é papel do professor demonizar o capitalismo, descrevê-lo como um regime perverso, não somente porque o juízo é em si falso (o sistema capitalista, como é óbvio, tem aspectos positivos e negativos), mas principalmente porque a sua função é ensinar ao aluno o conteúdo específico da disciplina, e não fazer propaganda ideológica. O que se espera de uma aula de Geografia é uma descrição, fiel e sóbria o quanto possível, do atual espaço geográfico, e, mesmo que o professor venha a lançar mão de categorias marxistas de pensamento, que o faça com elegância e zelo de neutralidade, ciente de que há outras chaves de interpretação dos fenômenos humanos e sociais que não podem ser ignoradas. Ora, na apostila de que se cuida, tudo o que não há é sobriedade, cuidado, respeito pela independência de juízo dos alunos. Trata-se, não de um instrumento de ensino, mas de um panfleto comunista, que busca submeter e subjugar o pensamento de alunos jovens, incapazes de exercer juízo crítico sobre a propaganda que o educador lhes passa como expressão da natureza das coisas.

Repulsiva na forma

Sem dúvida, a eleição dos quadrinhos como estilo literário não foi impensada, guardando relação com o propósito de suscitar no ouvinte reações emocionais, de repulsa ao capitalismo e de amor ao comunismo, próprias da finalidade retórica e de propaganda do texto. Esta crítica já se fez no parágrafo anterior, sendo óbvio que uma abordagem séria da matéria dificilmente se compatibilizará com o estilo adotado. Todavia, os quadrinhos também podem ter beleza, ou, por assim dizer, excelência. Não é preciso que sejam grosseiros, com diálogos pessimamente construídos, desrespeitosos. De que adianta aos alunos aprenderem o português na disciplina que leva esse nome, para o desaprenderem nas apostilas de geografia?

Subversiva na mensagem moral e pedagógica

Quando o professor adota a linha pedagógica de procurar igualar-se ao aluno, exprimindo-se na "sua língua", ou afetando suscitar-lhe um "pensamento crítico" sobre o que ele desconhece em absoluto (que assim se transforma em pura propaganda, como vimos), o que faz, senão abdicar da missão, que lhe é própria, de educar, de transmitir aos discípulos o tesouro dos seus conhecimentos e experiência, adornado pelo prestígio da autoridade? Que mestre autêntico desce ao nível do discípulo? Como, então, esperar que este se eleve? Nem se contra-argumente com o método socrático, pois nesta apostila, evidentemente, há tudo menos Sócrates, que

de resto nunca se curvou à ignorância intrínseca dos discípulos, antes a expôs à luz do sol, para que dela se vissem livres.

Ora, está claríssimo, o que está na base desta triste apostila é a covarde pedagogia da autonomia, tão justamente combatida por Dom Lourenço de Almeida Prado, e que, sorateiramente, vai contaminando o que ainda resta de são no tecido do sistema educacional brasileiro. De fato, para dar asas a essa pedagogia há muitos colégios, no Rio de Janeiro e no Brasil. Não será preciso que o Colégio de São Bento venha imolar-se no altar da pseudo-modernidade, até porque, como aprendemos, segundo manda a Santa Regra, *nihil Amori Christi praeponere*.

(...)

Evidentemente, quando um professor de geografia movimentava-se com esta desenvoltura e despundonor no nominalmente católico e tradicional Colégio de São Bento, impõe-nos a consciência que denunciemos claramente o fato, na certeza de que os elementos de sanidade e estabilidade do Colégio, radicados no amado Mosteiro de São Bento, saberão apurar seriamente as circunstâncias e corrigir os erros existentes (*auferte malum ex vobis*), e reconduzir a instituição de ensino aos caminhos abertos por sua veneranda tradição: conduzir os seus filhos na Procura de Deus.

A visão da apostila é ainda muito mais eloqüente do que esta exposição, e por isso a anexamos à presente carta.

Encerrando estas considerações, com o respeito e admiração que devotamos ao Reitor do nosso amado Colégio de São Bento, por tudo que ele sempre representou para todos os seus filhos, rogamos a Deus que vos abençoe e ilumine na apreciação da grave denúncia, ora levada ao vosso conhecimento no intuito de proteger o Colégio contra a miséria a que o condenariam os fundamentos e princípios que estão na base da funesta apostila.

Os abaixo-assinados,

NOMES E ASSINATURAS

19 – Comentário do jornalista Reinaldo Azevedo sobre o episódio acima, publicado no *blog do autor*⁴, em 29.11.2007:

⁴ <http://veja.abril.uol.com.br/blogs/reinaldo/2007/11/ainda-o-molestamento-ideolgico-nas.html>

O que se vê acima (doc. 03) são quadrinhos da tal apostila de geografia do Colégio São Bento, no Rio, que gerou protestos de pais, ex-alunos e amigos da escola. Leitores dizem que pertencem ao livro Capitalismo para Principiantes, de Carlos Eduardo Novaes e Vilmar Silva Rodrigues, da Editora Ática. Deve ser. Vi o livro na Internet. O mesmo desenho está na capa.

É marxismo pedestre, da pior espécie — sempre observando que pode haver uma escala da ruindade. Já basta o que a universidade brasileira faz com os nossos jovens. Que se observe: o que o livro ensina não é muito diferente do que afirmam Marilena Chaui, Emir Sader e assemelhados. Ocorre que, num curso superior, em tese ao menos, os estudantes já podem se defender. Mas o que dizer de uma criança de 12 ou 13 anos que está na sétima série? O professor, como é justo e desejável, é uma autoridade. Se ele está fornecendo aquele material para o estudo e a reflexão, então é porque deve ser aquilo mesmo.

Imaginem só: pais de alunos podem ser empresários, não? Segundo o livro, são verdadeiros assaltantes. Donos de empresa, que se saiba, trabalham, certo? Não segundo as ilustrações: apenas fumam charuto, desfilam de casaca e tramam contra a classe operária. O livro é acintoso na sua estupidez; estúpido no seu reducionismo; reducionista na sua tentativa de explicar a estudantes, de forma simples, o que nem mesmo os autores entenderam.

Conheço toda a ladainha de justificativas. “Ah, o professor só forneceu aquele material para estimular o debate; tudo depende de como se trabalha com ele em sala de aula”. Mentira! Publiquei ontem o link da apostila. Quando o mestre decide explicar em linguagem verbal e referencial as situações dos quadrinhos, ele não faz por menos: endossa a visão do “gibi”. Isso não é educação, mas lavagem cerebral. E, desta feita, ninguém vai cobrar o “outro lado” — porque não há outro lado para essa perversidade chamada “capitalismo”. Trata-se mesmo de um sistema de homens maus, que existe para gerar o mal-estar dos indivíduos e dos povos — menos, é certo, da burguesia exploradora.

Sim, sei bem: uma fatia dos estudantes vai ignorar solenemente essa porcariada porque ignoraria mesmo, de natural, qualquer conteúdo. No outro extremo, uma parcela já deu largada, como direi?, às sinapses da rebeldia e deve desprezar aquele pobre tolo que fica lá na frente com suas noções boçais de justiça social. Ocorre que é a média que faz um país mais

educado ou menos. São aqueles alunos que não se fazem notar nem pela rebeldia negativa — não querem nada — nem pela positiva: os temperamentos naturalmente inquiridores, desafiadores.

O que, afinal de contas, se está ensinando a eles? Aqueles do grupo que tenham inclinações empreendedoras, por exemplo, devem começar a considerar que a propriedade é um mal, um roubo, a origem do sofrimento humano? Serão estimulados a ver a história através das lentes do desastre, não do progresso? O capitalismo não nos trouxe nada de útil — nem mesmo, sei lá eu, as vacinas, os antibióticos, o Chicabom?

É evidente — e não me suponham apocalíptico; apenas pessimista — que sei bem que não sairá da escola uma maioria de militantes socialistas, dispostos a fazer a revolução. Mas não se duvide de que se está amansando a mão-de-obra ideológico-intelectual das esquerdas — e, como o PT é o maior partido com esse perfil, trata-se de cevar, já no berço escolar, o futuro eleitorado. Há um centro de conspiração onde isso é tramado? Não. A coisa é até pior: há uma espécie doença do espírito solta no ar. O trabalho é feito por agentes secretos até para si mesmos. Muitos nem sabem que estão servindo à causa. Gostei da carta de protesto enviada ao reitor do São Bento. Essa gente já foi longe demais. Aquele troço na sétima série? Não é possível. Você tem o dever de proteger seu filho do molestamento ideológico.

20 — Matéria da revista Veja sobre o mesmo episódio ("*Nem criança escapa*", 01.12.2007):

O Colégio de São Bento é um dos mais prestigiados do Rio de Janeiro. Fundado em 1858, é conhecido pela qualidade de seu ensino, no qual valoriza particularmente os princípios da religião católica. Tem um rol de ex-alunos ilustres que inclui Clóvis Bevilacqua, o autor do antigo Código Civil brasileiro, e o compositor Heitor Villa-Lobos. É difícil imaginar palco mais improvável para a história que veio a público na semana passada, por meio da divulgação de um abaixo-assinado de pais e ex-alunos indignados. Um professor de geografia da instituição distribuiu, na 7ª série do ensino fundamental, uma apostila sobre o que seriam as origens, o desenvolvimento e as características atuais do sistema capitalista. Tudo ilustrado com quadrinhos como os que se vêem ao lado. São quatro páginas de pregação ideológica esquerdista e simplificações grosseiras e uma de teste para conferir se os alunos — crianças entre 12 e 13 anos — aprenderam a "lição".

Qual seja: o capitalismo é um sistema intrinsecamente perverso, no qual os empresários não fazem nada a não ser fumar charutos e pensar em como explorar cada vez mais os trabalhadores. O lucro da atividade econômica é apresentado como um assalto a mão armada, com a legenda: "Lucro é tudo aquilo que o trabalhador produziu, mas não recebeu de volta".

O professor em questão chama-se Paulo Lívio. Dá aula no São Bento, no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em dois cursinhos pré-vestibulares, além de ser o coordenador de geografia do vestibular da UFRJ. É dos mais queridos pelos alunos do São Bento, o que só aumenta a irresponsabilidade da apostila que distribuiu. Crianças da 7ª série não têm discernimento suficiente para identificar o que é apenas uma idiotice esquerdopata – caso da apostila do professor Lívio. Ao contrário. Estão numa idade em que o professor tem sobre elas grande influência e o que ensina é tido como verdade – ainda mais se o mestre em questão faz o tipo bonzinho. Edgar Flexa Ribeiro, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Rio de Janeiro (Sinepe-RJ) e dono do Andrews, outro colégio tradicional do Rio, afirma que alunos de 7ª série estão numa fase muito preliminar no desenvolvimento de sua capacidade crítica. Diz ele: "Não imagino que tipo de conhecimento pode resultar do emprego de um material como esse em sala de aula".

Lívio, o mestre, usou quadrinhos do livro Capitalismo para Principiantes, de Carlos Eduardo Novaes, da Editora Ática, que faz parte do Grupo Abril. Trata-se de um livro que se autodefine como uma "versão bem-humorada da história dos sistemas econômicos que levaram o povão para o buraco". Foi escrito nos anos 80 e está em sua 27ª edição. É utilizado em escolas como material paradidático. Pode-se discutir se é ou não uma boa escolha – e VEJA acredita que não é. Mas é completamente diferente retirar as ilustrações desse contexto de humor e utilizá-las numa apostila, juntamente com outras de um panfletarismo constrangedor. Uma das mais patéticas acompanha o seguinte texto: "O capitalismo é uma varinha de condão ao contrário: desencanta tudo o que toca". Se vivesse na ex-Berlim Ocidental, provavelmente o professor Lívio seria o único a saltar o Muro no contrafluxo, em direção à extinta Berlim comunista.

O reitor do São Bento, dom Tadeu de Albuquerque, tem uma justificativa que já se tornou clássica. A apostila-teste seria um método para despertar a reflexão dos alunos. "A visão que está ali não é necessariamente a do professor, é apenas uma forma de chamar a atenção dos alunos para o

tema", diz. O teste foi aplicado em março e, em setembro, a mãe de um aluno queixou-se à direção do colégio. Segundo dom Tadeu, o próprio professor reconheceu a infelicidade da escolha e decidiu não utilizar mais o material. O colégio tinha dado o assunto por encerrado, o que fez o abade do Mosteiro de São Bento, dom Roberto Lopes, lamentar que dois meses depois a polêmica tenha se tornado pública. É fundamental, no entanto, que absurdos como esse venham à tona. Em boa parte das escolas brasileiras, privadas ou públicas, circulam livros com explícita propaganda ideológica, muitos com aval do Ministério da Educação. Que os pais fiquem de olho como os dos alunos do São Bento. O preço da omissão é criar uma legião de perfeitos idiotas latino-americanos.

21 – Artigo do cientista político Sergio Fausto, publicado no *site* do jornal O Estado de São Paulo⁵, em 30.11.2007:

Dias atrás, um amigo dos meus filhos me chamou a atenção para uma apostila de História do Brasil recebida no cursinho Anglo Vestibulares. Eram duas páginas sobre o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Não tivesse ele me dito qual a origem do texto, eu teria imaginado que se tratava de um documento partidário.

Já de início, afirma sobre a primeira eleição de FHC, em outubro 1994: “Com todos esses elementos a seu favor, o surpreendente não foi ele ter vencido já no primeiro turno e, sim, o fato de Lula ter obtido 17 milhões de votos.” A pregação partidária não pára por aí. Chama de “remendos que não atacaram os verdadeiros problemas do país” as reformas constitucionais que eliminaram monopólios estatais, definiram regimes de concessão de serviços públicos, permitiram a privatização de empresas, modificaram o regime da Previdência Social, etc.

O governo do ex-presidente é descrito como uma administração obcecada por apenas dois objetivos, “aumentar a receita e aprovar a emenda da reeleição”. Concede-se que a vitória sobre a inflação foi uma conquista, “a única realização importante de FHC”, mas se retoma a pregação partidária para, em seguida, se sentenciar que ele “não tinha uma política econômica, mas apenas uma política antiinflacionária”. Quanto à aprovação da emenda da reeleição no Congresso, o tom é abertamente acusatório:

⁵ <http://www.estado.com.br/editorias/2007/11/30/opi-1.93.29.20071130.2.1.xml>

“Deram cargos, verbas, compraram votos, fizeram leis favoráveis a grupos políticos e econômicos.”

Como se explicaria, então, a vitória de FHC em outubro de 1998, quando foi reeleito em primeiro turno com 53% dos votos válidos? A explicação começa em forma de advertência aos estudantes e termina em pura invencionice: “Não pense você que o resultado da reeleição refletiu fielmente a popularidade de FHC. Enquanto (...) as pesquisas eleitorais incluíram uma opção ‘outro’, ao lado dos demais candidatos, esse ‘outro’ invariavelmente ganhava.”

Fosse um caso isolado, não me animaria a ir além de recomendar aos pais que pagam - e não pagam pouco - que interpelassem o Anglo Vestibulares, quem sabe exigindo parte da mensalidade de volta. Afinal, não posso acreditar que os principais exames de qualificação para o ensino superior estejam de tal modo contaminados pela propaganda partidária. Ocorre que não se trata de caso isolado, como a imprensa tem mostrado com freqüência cada vez maior nos últimos tempos.

A verdade é que a desonestidade e o baixo nível intelectual, de mãos dadas em nome da causa, se espalharam no setor da educação, de alto a baixo, do ensino fundamental ao ensino superior (e até na pré-escola, quando sob a gestão do MST). O processo vem de meados da década de 1980 e está ligado, de um lado, à deterioração das condições de formação e trabalho dos professores e à perda de prestígio social da categoria e, de outro, à arregimentação e instrumentalização política de parte importante dos educadores por movimentos, sindicatos e partidos, em especial o PT.

Detesto generalizações: não estou dizendo que todo educador é militante ou simpatizante partidário, tampouco que todo educador com atividade partidária é ignorante ou propenso à desonestidade intelectual. Mas quem quer que conheça o mundo da educação - insisto, do ensino fundamental ao ensino superior - sabe exatamente do que eu estou falando. Às vezes por deficiência de formação, às vezes por ideologia, às vezes pela mescla dos dois, o conhecimento cede lugar à doutrinação ou distorção rasteira. O problema é especialmente grave na área das ciências humanas, justamente porque são elas que oferecem os conceitos para a compreensão da História, da política e da sociedade. Constituem, assim, o terreno propício a “fazer a cabeça das pessoas”.

Conhecimento neutro não existe. Sempre haverá interferência de valores na sua produção e transmissão, em particular nas ciências humanas.

O fato, porém, é que uma sociedade que se quer democrática e moderna deve ter critérios para separar o que é propaganda ideológica do que é conhecimento (além de investir mais neste). E deve estar permanentemente vigilante para reagir toda vez que essa fronteira for ultrapassada. Especialmente vigilantes devem estar aqueles que têm formação e compromisso profissionais com a produção e a transmissão do conhecimento (e da informação).

No Brasil, a reação a esse estado de coisas só agora começa a esboçar-se. Ela é tão mais importante em face do risco de perpetuação do atual esquema de poder no governo federal depois de 2010, com ou sem Lula. O próprio presidente tem sido um mestre em reescrever a História ao seu feitio, para engrandecer a si e ao seu governo, a ponto de se atribuir, não poucas vezes, o feito de ter acabado com a inflação no Brasil. Marteladas pela propaganda governamental, que logo poderá receber o reforço da “TV Pública”, em condições econômicas favoráveis e no terreno lavrado por anos de persistente pregação partidária, mentiras como essas se tornam verdades aceitas pela maioria das pessoas.

Há, assim, o risco de que a democracia brasileira vá sendo espremida por um movimento em pinça, com uma tenaz operando de cima para baixo, criando as condições legais do continuísmo, e outra de baixo para cima, adensando o caldo de cultura favorável à aceitação do que aí está (e quer ficar).

Assim como detesto generalizações, não gosto de raciocínios paranóicos: não estou dizendo que esse movimento em pinça obedeça a uma coordenação geral enfeixada em mãos manipuladoras que operam a partir ou em nome do Palácio do Planalto. Não é isso. Mas quem quer que tenha um pouco de faro político reconhece o risco do continuísmo. E quem quer que tenha firmes convicções democráticas e pluralistas sabe que é preciso a ele se opor, de baixo para cima e de cima para baixo.

22 – Artigo do filósofo Olavo de Carvalho publicado no Jornal do Brasil de 17.09.1998 – *“Neutralidade e Ortodoxia”*:

As novas diretrizes para a educação primária, emanadas do MEC em elegantes volumezinhos coloridos sob o imponente rótulo Parâmetros Curriculares Nacionais, sugerem que, em matéria de instrução sexual, os professores devem assumir uma atitude de neutralidade moral

verdadeiramente weberiana. Sem dizer uma palavra contra ou a favor, devem descrever diante da classe, com sublime indiferença científica, “as orientações sexuais existentes”, para que as criancinhas, livres de pressões autoritárias, “façam suas próprias opções”. Não sei o que é aí mais comovente: o respeito devoto pela liberdade dos infantes ou o rigor da isenção científica que inspira as diretrizes do ministério. Pergunto-me, apenas, quais e quantas seriam as orientações sexuais que viriam a merecer inclusão no currículo – um ponto de magna importância pedagógica sobre o qual o MEC nada nos informa. À luz da neutralidade axiológica e do rigor científico, porém, não haveria a menor justificativa para reduzi-las às três mais vulgares (hetero, homo e bi), excluindo as variedades minoritárias como o sadomasoquismo, a pedofilia, a coprofilia e a bestialidade (termo pejorativo que busca cobrir de preconceituosa infâmia a prática do amor com vacas, jumentas e outras dignas criaturas do reino animal). A exclusão dessas práticas, além de ser cientificamente indefensável, resultaria numa autoritária limitação do leque de opções que a educação deve oferecer aos pimpolhos, que afinal são, porca miséria!, o futuro da Pátria. Diante da omissão dos livretos, e para não alimentar na opinião pública suspeitas de que haja nas concepções sexológicas do ministério algum resíduo de moralismo preconceituoso, o ministro Paulo Renato faria bem em divulgar a lista completa e explícita das opções sexuais atualmente reconhecidas pela ciência, sem esquecer, é claro, aquelas jamais vistas e só conhecidas em estado de hipóteses. Somente assim a tranqüilidade voltará a reinar no seio e demais partes erógenas da família brasileira.

Mas, em contraste com a neutralidade e frieza que devem imperar na escolha dos objetos de desejo, o MEC não julga que idêntica objetividade científica deva prevalecer em outros domínios do conhecimento, como por exemplo a História e as ciências sociais. Aqui, não apenas é desnecessário examinar com imparcialidade as várias escolas, estilos e teorias explicativas, mas, bem ao contrário, a escolha pode ser dada por pressuposta sem que seja preciso sequer informar às crianças que houve alguma escolha. A interpretação marxista da História deve ser ensinada não como uma teoria entre outras, mas como a única teoria possível, a ortodoxia suprema jamais contestada. É o que se vê em vários textos aprovados pelo ministério para o ensino dessas disciplinas, como por exemplo a Nova História Crítica, de Mário Schmidt, para o 2.º grau (Editora Nova Geração), Iniciação à Sociologia, de Nelson Dacio Tomazzi, e outros (Atual Editora), Estudando as Paisagens, de Oswaldo Piffer, para a 7.ª série (Ibep) e dezenas de outras



Alber

obras do mesmo teor. Nessas cartilhas sacramentadas pelo aval mequiano, o domínio absoluto dos fatores econômicos, a luta de classes, a conveniência de uma aliança operário-camponesa para liquidar os malditos capitalistas, bem como outros itens do cardápio marxista tradicional, não são ensinados como opiniões de uma determinada corrente ideológica contestadíssima por muitas outras, mas como verdades universais primeiras e últimas que jamais foram ou serão objeto de dúvida.

Nos casos em que não tenha sido possível evitar toda menção a escolas e teorias divergentes, como por exemplo as de Weber e Pareto, Ortega e Croce, Jouvenel e Voegelin, estas são cuidadosamente reduzidas a meros instrumentos de dominação ideológica a serviço da execrável classe capitalista, de modo a que, neutralizadas pela vacina marxista, não possam fazer mal às mentes juvenis dando-lhes a impressão de que nesses campos do conhecimento exista algo a discutir.

Educada desde pequena na linha justa do materialismo dialético, a alma infantil é assim poupada de dúvidas e perplexidades intelectuais, podendo resguardar o melhor das suas energias para dedicá-las a questões mais puramente teóricas e científicas, como por exemplo a da escolha de um objeto de desejo erótico numa gama de opções que abrange imparcialmente loiras, morenas, estivadores, soldados da PM, cães, bebês, chicotes e vibradores.

